

**Colocando uma bola em um buraco quadrado:
avaliação das políticas agrícolas nos governos
Lula e Dilma com especial ênfase na política de
ATER”**

Jean Marc von der Weid

APRESENTAÇÃO

Uma bola pode entrar em um buraco quadrado, mas ela não encaixa nunca, sempre sobrando ou faltando alguma coisa. Esta é a imagem que me veio todo o tempo que passei lutando para influenciar as políticas públicas dirigidas pelos governos “populares” para a agricultura familiar.

Nosso maior sucesso enquanto sociedade civil atuando junto ao governo foi a política de ATER e dela eu trato com mais detalhes no texto que segue. Apesar do “sucesso” a minha avaliação desta política é que ela estava em processo de esterilizar os maiores avanços metodológicos já conseguidos em uma ATER agroecológica no Brasil ou no resto do mundo. O golpe de Temer e seus comparsas pregou mais uns pregos no caixão mas os problemas já vinham de antes.

Não dá para apontar o dedo para os sucessivos responsáveis desta e de outras políticas quer no governo Lula quer no de Dilma. Apesar de inúmeras dificuldades nas relações entre os funcionários e os representantes da sociedade civil sempre houve um esforço de diálogo aberto e sincero mesmo quando aparentemente uns falavam grego e os outros sueco. Houve problemas de compreensão das nossas propostas, impedimentos legais e burocráticos, pressões governamentais por decisões urgentes atropelando as negociações, etc., mas temos também que reconhecer que não havia muita unidade do nosso lado. Tivemos problemas de compreensão das propostas entre nós tanto como com os governos.

Com o benefício da experiência posso dizer que o principal erro

da nossa parte, sociedade civil, em todo este tempo foi o nosso excesso de ambição. Tentamos formular políticas de caráter universal, aplicáveis para toda a agricultura familiar, mas esta pretensão, justificável no longo prazo, era totalmente irreal no prazo dos governos em questão. Oscilamos entre propor programas para um grupo limitado de agricultores e políticas dirigidas indiscriminadamente para todos.

Ocorre que a grande maioria dos agricultores familiares nunca ouviu falar (ainda) de agroecologia ou de agricultura orgânica. Entre as organizações da agricultura familiar apenas a Via Campesina tem uma posição doutrinária pela agroecologia mas isto não chegou a se refletir nem no conjunto de suas pautas de reivindicações junto aos governos populares nem nos anseios de sua base. As outras centrais têm dirigentes mais ou menos convencidos da proposta, mas tampouco chegaram a assumi-la em suas pautas pelas mesmas razões: suas bases não estão suficientemente engajadas para dar peso à esta opção.

Além de insuficiente apoio social a agroecologia sofreu com a limitada capacidade das instituições de ATER em promover o seu uso em processos de desenvolvimento. Poucos são os técnicos formados e com experiência no assunto, poucas as entidades de ATER dominando as abordagens mais corretas de promoção da agroecologia.

Teria sido mais impactante defender programas (tal como a Dilma propôs e nos recusamos) dirigidos a um número restrito de agricultores familiares, mas com recursos permitindo que elementos de política pública como crédito, ATER, pesquisa, beneficiamento, comercialização, entre outros, pudessem ser utilizados de forma integrada. Se desde 2003 tivéssemos montado um programa dirigido aos 200 mil (meta da proposta da Dilma) agricultores teríamos tido 13 anos para promover a

transição agroecológica sem nos preocuparmos com a elaboração de um projeto para cada política (crédito, ATER, PAA, PNAE, etc.) pois haveriam recursos suficientes para um fundo onde todas estas questões fossem tratadas em conjunto.

Morremos de medo de cairmos nas políticas “de nicho”, beneficiando uns poucos produtores e integrando-os com uns poucos consumidores ricos. O risco seria e é real pois ele ocorre em muitos países do primeiro mundo mas acho que também seria possível expandir a partir dos acúmulos obtidos na transição agroecológica deste primeiro contingente e ir buscando a universalização pouco a pouco.

As reflexões do texto que se segue visam preparar novas negociações no futuro quando o “cipó der a volta” e tivermos de novo chances de influir nas políticas e programas de governo.

Jean Marc von der Weid
Fundador da AS-PTA

23 de setembro de 2018

“Colocando uma bola em um buraco quadrado: avaliação das políticas agrícolas nos governos Lula e Dilma com especial ênfase na política de ATER”

1. Introdução:

A construção de políticas públicas é um processo complexo e contraditório. Uma política pública não é formulada a partir de teorias puras produzidas pela cabeça de algum gestor iluminado a não ser em situações bem excepcionais e nestes casos tendem a “não pegar”, ou seja, transformam-se em letra morta. Políticas públicas são o produto de embates entre diferentes interesses e o seu resultado significa frequentemente uma composição dos mesmos, o que pode torna-las ineficientes. A ação dos gestores, entretanto, pode eventualmente pesar no direcionamento da formulação de uma política, desequilibrando a correlação de forças entre os interessados.

Tomemos como exemplo a **política de modernização da agricultura promovida pelos governos militares**. Ela correspondia a uma demanda dos grandes produtores agrícolas brasileiros nos anos 70? Naquela altura a classe que hoje conhecemos como agronegócio ainda não tinha o peso e

as características atuais. O que o latifúndio brasileiro reivindicava não era a profunda e radical transformação dos seus sistemas produtivos, mas subsídios, vantagens cambiais e controle de seus inimigos, os sem-terra e os assalariados. A quem interessava a política de modernização? Claramente, quem pressionou e mais ganhou com esta política foi o setor industrial de insumos agrícolas, adubos químicos, agrotóxicos, sementes e maquinário. Lembremos que esta política foi sempre avaliada não por seus resultados econômicos (os sociais que não entravam na equação dos formuladores), mas pelos índices de vendas de insumos e máquinas. É evidente que havia um nicho de administradores do regime militar que não representava diretamente o setor latifundiário e seguia o ideário dos pensadores de um modelo agrícola colado no exemplo dos países desenvolvidos, particularmente dos Estados Unidos. As indústrias de insumos e máquinas no Brasil não tinham ainda muito peso devido à pouca demanda de seus produtos no modelo latifundiário vigente, mas eram, muitas delas, vinculadas a poderosas corporações multinacionais. O resultado foi uma política que custou muito ao Estado em subsídios, na criação de um sistema de pesquisa que permitisse adaptar o modelo às condições nacionais e num sistema de assistência técnica que dotasse os empresários relutantes com conhecimento necessário para a adoção dos processos ditos modernos de produção.

Este processo de indução da mudança de modelo não foi contra os interesses dos latifundiários no sentido em que não alterou o sistema de propriedade, mas produziu tal pressão

pela mudança da base técnica de produção que poucos foram os que não o acompanharam. O regime chegou a pressionar os relutantes com uma ameaça. No governo do general Figueiredo o sistema de classificação das propriedades agrícolas usado pelo INCRA para definir o Imposto Territorial Rural foi modificado para aumentar os impostos sobre as terras não produtivas e diminuir os impostos para as empresas rurais sendo que estas se definiam pelo padrão da chamada modernidade. Desta forma o regime militar promoveu a criação do agronegócio brasileiro sem mexer na estrutura fundiária.

O presidente Fernando Henrique Cardoso adotou um **projeto de modernização da agricultura familiar que envolvia uma reforma agrária e a promoção do desenvolvimento deste setor através de uma política de crédito que facilitava o acesso aos insumos “modernos”**. Estas políticas respondiam a dois estímulos: à pressão do nascente e crescente movimento dos sem-terra e às demandas da CONTAG e elas deram origem à criação do PRONAF e do MDA. Quando estas políticas (as primeiras na história brasileira que se dirigiam aos que então eram conhecidos como pequenos produtores rurais) foram promovidas o agronegócio modernizado não se sentiu afetado e não lutou contra elas, pois as propriedades “produtivas” ficaram blindadas contra a reforma agrária e os créditos dirigidos a este setor não foram afetados pelos recursos dirigidos ao PRONAF. Muito pelo contrário, o apoio em crédito para o agronegócio ampliou-se muito além dos 2 bilhões de reais que o Estado concedeu no auge do PRONAF no governo FHC. A assistência técnica pública já não

estava dirigida para a grande propriedade que dela não mais precisava, mas a pesquisa agropecuária da EMBRAPA continuou prestando grandes serviços ao agronegócio. Já o setor produtor de insumos viu com bons olhos este novo mercado de consumidores de adubos, agrotóxicos, sementes e maquinário. A reação à reforma agrária ficou por conta do atrasado setor latifundiário, mas mesmo este conseguiu tirar partido da política obtendo frequentemente vantagens no pagamento das desapropriações, ao ponto de muitas vezes oferecerem terras para este fim. É claro que houve embates pesados e muitas vezes criminosos entre os latifundiários e os sem-terra com inúmeros mortos entre estes últimos, mas o setor já não tinha a força do passado. Deve-se notar, entretanto, que as desapropriações se deram, na maior parte dos casos, em áreas marginais, nos elos mais fracos da classe dominante rural.

A concepção seguida na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar, assentada ou não, não foi diferente daquela que orientou a modernização forçada e induzida pelos militares dirigida à grande propriedade. A proposta de outro modelo de desenvolvimento baseado na agroecologia já era bem conhecida e discutida em várias partes do mundo e no Brasil, mas era uma concepção ainda marginal e entendida por muitos como uma alternativa de “nicho”, voltada para um mercado limitado e de elite demandando alimentos de qualidade. Sendo assim, os conceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental embutidos na proposta agroecológica não entraram nem na concepção de desenvolvimento adotada pelo governo FHC e nem mesmo

nas demandas do MST ou da CONTAG.

As concepções da agroecologia tiveram uma breve influência no governo Sarney, através das ações dos presidentes da EMBRAPA, Pinheiro Machado e da EMBRATER, Romeu Padilha. Padilha facilitou um projeto de cooperação entre as EMATER e a Rede PTA, uma composição de ONGs de ATER agroecológica, mas esta foi uma iniciativa pontual que não alterou os rumos gerais das empresas estaduais de extensão rural, que seguiram no rumo da promoção do uso de insumos químicos. Machado tentou algo mais ambicioso que era mudar os rumos da pesquisa agropecuária oficial e foi derrubado por pressão tanto da clientela da EMBRAPA como da imensa maioria dos pesquisadores da empresa.

AS ações de Machado e Padilha não se deveram a uma demanda dos produtores ou de suas organizações, mesmo por parte deles ou delas ou ainda de uma visão avançada do governo ou de parte dele. A indicação do professor Pinheiro Machado à presidência da EMBRAPA se deu por suas relações políticas com o Ministro Pedro Simon e não pelo seu histórico de acadêmico e militante da então chamada agricultura alternativa. Romeu Padilha não tinha o mesmo histórico, mas seu apoio ao projeto de cooperação entre as EMATER e as ONGs da Rede PTA veio de sua sensibilidade à proposta trazida pela direção da Rede, a AS-PTA, cujos dirigentes eram antigos companheiros de militância política de Padilha nos tempos da luta contra a ditadura. Exatamente porque as propostas de política de pesquisa e de programa de extensão rural não tinham lastro político ou social significativo elas não prosperaram, embora o projeto de

cooperação da EMBRATER tenha resultado em um financiamento para as ONGs, mas sem a contrapartida de treinamento de técnicos das EMATER prevista no projeto.

Na AS-PTA sempre houve clareza da necessidade de se **ganhar apoio social para políticas visando a implantação de um novo modelo de produção agropecuário baseado na agroecologia**. Sem a demanda dos agricultores familiares expressa através de suas organizações representativas, a CONTAG, a FETRAF e a Via Campesina as experiências desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil não passariam nunca de algo marginal no conjunto da agricultura brasileira.

Outro público fundamental a ser conquistado era o dos consumidores cuja expressão sempre foi difusa, mas que se tornou, com o tempo, significativa a ponto de definir as compras de empresas atacadistas e varejistas ainda que em pequena escala e dirigidas a consumidores de alta renda. Finalmente, visou-se ganhar o apoio de entidades ambientalistas e das áreas de nutrição e saúde.

Embora não tenha havido um esforço dirigido à incorporação do tema da agroecologia nos **programas dos partidos políticos** o fato de que muitos dirigentes e técnicos das ONGs da ATER agroecológica eram militantes do PT e, secundariamente, do PSB levou à introdução desta proposta nos programas eleitorais de candidatos à presidência da República, em particular em 1998 e 2002 (PT) e em 2002 (PSB). Note-se que em 1998 a proposta de política agrícola para a agricultura familiar acordada pelo PT representado por

Plinio de Arruda Sampaio e pelo PSB representado por mim foi derrubada por decisão de Lula e substituída por uma proposta mais convencional redigida pelo assessor de Lula, o atual diretor geral da FAO José Graziano. Em 2002, o candidato do PSB, Anthony Garotinho, também ignorou o escrito no programa e defendeu em sua campanha propostas convencionais de seu assessor para o tema, o ex-secretário de agricultura do governo de Garotinho no Rio de Janeiro, Cristino Áureo.

Para a AS-PTA a elaboração das políticas voltadas para a agroecologia deveria passar pelo acúmulo de experiências concretas dos projetos piloto impulsionados pelas ONGs da Rede PTA e, a partir de 2002, pela muito mais ampla frente organizada na ANA, Articulação Nacional de Agroecologia.

Estas experiências permitiam uma visão mais prática do como se deve promover a agroecologia muito embora se tenha constatado mais tarde que **aquilo que se faz na escala de pequenos projetos não é suficiente para definir políticas que tem alcance universal.** O método definido pela AS-PTA de se apoiar nas experiências foi e é fundamental para melhor calibrar as propostas de políticas públicas, mas o esforço para generalizar o que deu certo no nível micro esbarrou em vários obstáculos que analisaremos ao longo deste estudo.

Ganhar o apoio das entidades do movimento ambientalista não foi fácil, pois, até a realização da conferência internacional sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a Rio 92, havia uma forte reação deste setor que tinha uma visão mais de caráter protecionista e pouco enfoque no

desenvolvimento sustentável. Sintoma desta atitude foi a resistência da rede Mata Atlântica e, mais amplamente, do Fórum dos Movimentos Sociais e ONGs, FBOMS, (que organizou a participação da sociedade civil na Rio 92) à participação das entidades da Rede PTA na preparação da conferência paralela. Esta resistência acabou sendo vencida com a compreensão das principais organizações ambientalistas de que a proposta da agroecologia trazia consigo uma solução para muitos problemas ambientais provocados pela agricultura convencional. A partir deste momento a aliança da agroecologia com o ambientalismo se consolidou.

A adesão das **organizações da agricultura familiar** passou por momentos difíceis antes de avançar, mas ainda não é algo totalmente resolvido. Nos anos 80 e 90 o **MST (mais tarde a Via Campesina)** tinha uma visão que se pode chamar de “soviética” do modelo de desenvolvimento agrícola. Em resumo, estas entidades defendiam a produção coletiva com uso da mesma tecnologia do agronegócio (insumos químicos, mecanização pesada, monoculturas em grande escala, etc.) combinada com o controle de processos de transformação e de comercialização pelos agricultores. Com o tempo e o fracasso das experiências consideradas modelo desta proposta e a influência de seus parceiros internacionais a Via Campesina adotou a proposta agroecológica em suas definições estratégicas. Entretanto, apesar desta nova postura e do forte centralismo desta organização, muitas das bases da Via continuam presas ao modelo convencional e isto se refletiu nas pautas de reivindicação da Via ao longo dos

governos de Lula e de Dilma.

A **FETRAF**, quando ainda era uma organização do Sul do Brasil, tinha uma posição avançada em relação à agroecologia, pelo menos no que diz respeito às posturas de seus dirigentes. Assim como na Via, as bases da FETRAF eram menos comprometidas com a proposta e, com a ampliação da entidade adquirindo caráter nacional, a proposta agroecológica perdeu espaço que só foi recuperado nos últimos anos, ainda que mais uma vez no nível de seus dirigentes.

A **CONTAG** nunca se posicionou pela agroecologia como proposta universal, seja por seus dirigentes e mais ainda por suas bases. A direção da CONTAG adotou a proposta como uma política de nicho e o tema da agroecologia ou da produção orgânica apareceu em suas pautas mais ligado às questões ambientais. Isto é coerente com a percepção da direção da entidade em relação às demandas de suas bases sendo que as mais organizadas e influentes eram as do Sul do Brasil onde prevaleceu o modelo do chamado “agronegocinho”.

As **organizações representativas dos movimentos de nutricionistas e de médicos** fizeram seu próprio caminho para encontrar o tema da agroecologia. Nem a AS-PTA nem a ANA fizeram uma aproximação sistemática com as entidades destes setores a não ser nas campanhas contra os transgênicos e contra os agrotóxicos, mas ambos aderiram à agroecologia como resposta aos riscos para a saúde e para a nutrição por elas verificados em sua atividade profissional e

em sua militância.

Um setor da maior importância para o movimento agroecológico é o acadêmico, envolvendo educação e pesquisa. Ao longo dos mais de trinta anos de atividades da AS-PTA a entidade buscou sistematicamente dialogar com **universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa**, inclusive favorecendo a inter-relação entre os próprios professores e pesquisadores que tendiam a viver em universos clausurados e isolados pelo hegemônico pensamento convencional. No período citado criaram-se dezenas de cursos de agroecologia em outras tantas universidades. Na maior parte dos casos estes cursos não passaram de uma disciplina optativa em alguma etapa de uma formação convencional, mas já era uma pequena luz que atraiu um crescente número de estudantes que passaram a cobrar mais oportunidades de um aprendizado mais aprofundado em agroecologia. Isto ocorreu na forma da criação de mestrados em agroecologia entre os quais o da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi o primeiro onde a AS-PTA participou da formulação do currículo. Mais radicais foram os cursos de escolas técnicas federais de agricultura que, em várias regiões do país criaram cursos totalmente voltados para a agroecologia. É notável também por seu caráter inédito a formação da escola de agroecologia de Palmeira, no Paraná, criada e dirigida pela Via Campesina. Não é uma escola técnica nem uma faculdade, mas um centro de formação voltado para a prática de extensionistas e lideranças camponesas vinculados à entidade; uma prova da opção estratégica da Via pela

agroecologia.

Apesar destes avanços na área da educação em ciências agrárias a imensa maioria dos formandos das universidades e escolas técnicas recebeu uma formação estritamente convencional e se encontra incapaz de entender e de promover a prática da agroecologia com a bagagem de conhecimentos recebida.

Também na área da pesquisa agropecuária houve avanços tanto na **EMBRAPA** como nos centros de pesquisa estaduais como a **PESAGRO do Rio de Janeiro** pode testemunhar. Tanto no documento de propostas formulado pelo conjunto de centros estaduais de pesquisa e dirigido aos candidatos às eleições presidenciais de 2002 como no “Marco teórico da pesquisa agroecológica” assinado por mais de 400 pesquisadores da EMBRAPA no primeiro ano do governo Lula fica afirmada a necessidade de um novo paradigma de pesquisa agropecuária no Brasil. Entretanto, estes avanços foram contidos pela hegemonia dos profissionais mais convencionais e os pequenos ganhos em recursos para pesquisa voltada para a agroecologia foram sendo perdidos enquanto se reforçava exponencialmente a pesquisa voltada para a produção de variedades transgênicas, em relação com as empresas multinacionais Monsanto, Syngenta e Bayer. De todo modo, os marcos institucionais das entidades de pesquisa e os códigos de avaliação de performance dos pesquisadores inibiam as pesquisas mais voltadas para a agroecologia e orientavam para projetos menos radicais de pesquisa em produção orgânica.

A AS-PTA conseguiu uma notável influência no mundo das ONGs de ATER voltadas para a agricultura familiar. Esta ONG foi criada em 1992, mas seu núcleo formador atuava desde 1983 como um projeto “anexo” da FASE, uma das mais antigas e respeitadas ONGs do país que se voltava naquele período para uma proposta baseada nos princípios da chamada “educação popular” com larga aceitação na sociedade civil brasileira. O movimento da educação popular, FASE incluída, via com desconfiança a proposta de promoção do desenvolvimento baseado na agroecologia da AS-PTA.

Para resumir um debate muito complexo e extenso que não cabe aqui, o movimento de educação popular visava formar atores políticos e organizativos entre os agricultores familiares para que reivindicassem seus direitos e lutassem por um poder nas mãos dos oprimidos do campo e da cidade.

O movimento não colocava em questão o modelo de produção dominante baseado nos princípios da Revolução Verde e monopolizado pelos grandes produtores, mas uma reforma agrária mais ou menos radical que democratizasse o modelo e o colocasse sob o controle da agricultura familiar.

A AS-PTA defendia a necessidade de um novo modelo baseado na agroecologia com a compreensão de que a permanência do modelo e sua democratização engendrariam um processo de reconcentração da propriedade e a submissão da agricultura familiar às corporações nacionais e multinacionais produtoras de insumos. A promoção de experiências piloto com base na agroecologia, proposta pela

AS-PTA, era vista como “reformismo” ou “despolitização” das bases da agricultura familiar. A AS-PTA via esta ação como uma necessidade fundamental para demonstrar a potencialidade do novo modelo de maneira a formar novos atores capazes de lutar pela mudança estrutural das políticas de desenvolvimento no país. A proposta da AS-PTA foi vitoriosa e ganhou a adesão do conjunto das ONGs de educação popular, FASE incluída.

Uma grande lacuna nos esforços de ganhar adeptos para o movimento agroecológico da AS-PTA foi a sua **incapacidade de criar canais de cooperação e debate com a assistência técnica estatal das EMATER**. Já foi citada a tentativa de um projeto de cooperação com estas estatais com o suporte da EMBRATER, frustrada pela ausência de interesse das EMATER, exceção feita à entidade do Paraná, a ACARPA, durante o governo de José Richa nos anos 80. Durante o governo de Anthony Garotinho no Rio de Janeiro dos anos 90 houve outra tentativa com a criação da Rede Agroecologia do Rio de Janeiro que incluiu a AS-PTA, a EMATER-RJ, a PESAGRO, a EMBRAPA Agrobiologia, a ABIO (entidade de produtores orgânicos do estado), a UFRRJ e uma entidade de comercialização de produtos orgânicos. Esta iniciativa durou cerca de 3 anos e desapareceu com a mudança do governo do Estado. Outras tentativas frustradas ocorreram no governo de Miguel Arraes em Pernambuco nos anos 90 e no Amapá no primeiro governo de Capiberibe em 1994.

Ao longo dos 33 anos de existência do projeto TA-FASE e depois da AS-PTA as EMATER viram com desconfiança as ONGs que disputavam com elas o público de agricultores

familiares. A FASER, entidade que organiza os técnicos das EMATER, também compartilhou desta desconfiança até os anos 2000. Pouco a pouco, a FASER veio a se aproximar dos conceitos do desenvolvimento agroecológico sobretudo pela ação de alguns pioneiros espalhados por vários estados, em particular no Rio Grande do Sul onde a EMATER adotou a proposta agroecológica durante do governo de Olívio Dutra. Dutra colocou na presidência da entidade um ex-técnico da AS-PTA (e depois dirigente de uma ONG originada na AS-PTA, o CETAP) Lino de Davi, secundado por diretores formados em agroecologia na Espanha, Caporal e Costabeber. Infelizmente, a presença destes agroecólogos à frente da EMATER-RS não promoveu uma cooperação com as ONGs de ATER agroecológica do Estado que continuaram atuando em paralelo.

As EMATER sempre tiveram muito mais capacidade de intervenção junto aos agricultores familiares do que as ONGs de ATER agroecológica. Estima-se que as EMATER dispõe de 16 mil técnicos enquanto as ONGs talvez cheguem a dispor de uns mil. Embora várias das primeiras tenham adotado a proposta agroecológica desde os anos 2000 (Ceará, Bahia, Paraíba, Distrito Federal, Minas Gerais entre outras) a grande maioria de seus técnicos não tinha formação nem experiência nesta abordagem de desenvolvimento e as mudanças políticas nas administrações destes estados trouxeram de volta os paradigmas convencionais para a orientação de suas atividades.

1- Expectativas:

O ano de 2002 foi de grandes avanços no movimento agroecológico. Depois de uma longa crise organizativa a Rede PTA achou uma saída para seus impasses internos através da realização do primeiro ENA, Encontro Nacional de Agroecologia. O ENA reuniu cerca de mil agricultores, técnicos de ATER, professores de escolas técnicas e universidades e estudantes. Todas as entidades nacionais da agricultura familiar participaram da organização do evento muito embora a espinha dorsal organizativa e política tenha ficado nas mãos de uma maioria de entidades da antiga Rede PTA sob a coordenação da AS-PTA. Em um momento de maior impacto político a plenária do ENA assistiu um debate entre o assessor de Lula para assuntos agrários e agrícolas, José Graziano e eu mesmo como representante da AS-PTA. O discurso de Graziano foi bastante conservador evitando comprometer o candidato com quaisquer promessas sobre assentamentos da reforma agrária ou sobre a liberação ou não das variedades transgênicas. Atacado por mim e por todos os que se inscreveram para fazer perguntas (na verdade as intervenções eram afirmações e críticas), em particular os representantes da Via Campesina, Graziano tergiversou e foi apupado pela plenária.

A três meses da eleição este debate podia ter dado uma ducha de água fria no movimento agroecológico, mas não foi assim. Múltiplas intervenções de militantes do PT ligados ao movimento agroecológico resultaram na inclusão da opção pela agroecologia e o combate às plantas transgênicas em três capítulos do programa eleitoral de Lula: agricultura, meio ambiente e saúde. As entidades da campanha contra a

liberação dos transgênicos festejaram a vitória e houve quem propusesse a publicação de um livro contanto como um grupo de 12 ONGs tinha derrotado a poderosa Monsanto.

Emiti dúvidas e reservas sobre esta visão otimista porque, ao longo dos 6 anos de tentativas de liberação dos transgênicos pelo governo FHC eu nunca tinha conseguido que o PT se posicionasse sobre o tema (ou o PSB, o PCdoB ou o PDT). Apenas os líderes das bancadas no Congresso nos afirmavam que não deixariam passar a proposta, mas sem discutir o tema e sem assumir uma posição de princípio. Os ilustres deputados e senadores, com raras exceções, apenas se manifestavam contra o que queria o governo FHC, como faziam com qualquer outra proposta com esta origem.

Foi incrível como ninguém do campo agroecológico e mesmo do campo popular em geral se tocou que a **“Carta aos Brasileiros” lançada por Lula já no final da campanha era para valer** e que representava um programa diferente e divergente daquele aprovado nas instâncias partidárias e em colaboração com entidades da sociedade civil. A maioria não leu a carta e os que a leram tomaram-na como uma tática para desarmar a feroz oposição das classes dominantes. Deu certo eleitoralmente, mas também significou uma opção que Lula levou a sério, buscando compor com os interesses do grande capital financeiro, industrial e agrário desde a constituição do seu ministério.

O primeiro ministério de Lula foi uma ducha de água fria nos setores populares. Meireles (banqueiro do PSDB) no Banco Central, Roberto Rodrigues (presidente da ABAG Associação

Brasileira de Agrobusiness) no Ministério da Agricultura e Furlan (presidente da SADIA) no Ministério da Indústria e Comércio ofuscavam a nomeação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente.

A nomeação do Ministro do Desenvolvimento Agrário foi objeto de disputa dura e foi a última a ser feita. Lula entregou a indicação para os três movimentos de agricultores familiares, talvez porque soubesse que eles não se entenderiam. Participei das negociações para esta indicação, intermediando alguns contatos com o representante do governo, Aluizio Mercadante. Apoiei a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio que tinha atrás de si a Secretaria Agrária do PT, também apoiado pela Via Campesina, mas não consegui convencer a FETRAF e a CONTAG que indicaram outros nomes. Ficou claro para mim que o governo não queria Plínio no Ministério por considera-lo “muito radical”. Lula aproveitou a falta de consenso entre os movimentos para indicar outro nome, o do ex-vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rosseto, representante da Democracia Socialista, um dos grupos da ala de esquerda do PT e o único a ter um ministério para chamar de seu. Rosseto era um petroleiro de profissão e de militância e não tinha qualquer histórico de relação com os temas do MDA, deixando dúvidas sobre os rumos que este ministério tomaria.

Enquanto Rodrigues chamou representantes da indústria sementeira para postos chave do MAPA os progressistas no governo festejaram a nomeação de Silvio Porto para um cargo na CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) onde ele

criou um programa da maior importância, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). No entanto, a direção da CONAB ficou nas mãos do PTB que veio a aderir à base do governo e sempre procurou derrubar o PAA. Também foi vista com bons olhos a nomeação de Clayton Campagnola, diretor do centro de pesquisas da EMBRAPA para o meio ambiente para a presidência desta entidade, enquanto a diretoria técnica da EMBRAPA foi ocupada por Gustavo Schianca, oriundo da PESAGRO e simpático às teses da agroecologia.

Rosseto nomeou quadros ligados aos movimentos para o MDA, a Via Campesina indicando o presidente do INCRA (que durou pouco, bombardeado pelas forças do agronegócio e do latifúndio). A FETRAF indicou o Secretário de Agricultura Familiar, Bianchini, oriundo das ONGs, mas sem ligação com o movimento agroecológico. A CONTAG ficou com o programa de crédito fundiário e a secretaria de desenvolvimento territorial cargos de pouca densidade para a importância da entidade. O movimento agroecológico festejou a nomeação de Caporal para a área de extensão rural da SAF que mais tarde seria transformada em Departamento, o DATER. Este militante da agroecologia, entretanto, estava submetido a outros técnicos oriundos das EMATER, em particular o futuro primeiro chefe do DATER, Argileu Martins, sem qualquer vínculo com o movimento agroecológico e claramente defensor de uma extensão rural mais convencional. O todo poderoso PRONAF, submetido à SAF, continuou sob a direção do seu criador, ainda no governo FHC, João Luiz Guadagnin, também sem vínculos com o movimento agroecológico.

As entidades da sociedade civil comemoraram a **recriação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar)** que tinha tido uma curta, mas muito expressiva existência no governo Itamar. Participei das negociações para a recriação e para a composição do CONSEA representando a recém-criada ANA, mas não consegui emplacar o nome de Dom Mauro Morelli, bispo de Caxias no Rio de Janeiro para a presidência do conselho, cargo que ele tinha assumido no governo Itamar. Houve uma clara resistência do governo ao nome de Dom Mauro, também considerado radical. Lula nomeou uma de suas “crias políticas”, o sindicalista de São Bernardo Luís Marinho.

O CONSEA ficou diretamente ligado à presidência e vinculado ao programa Fome Zero, dirigido por José Graziano, também do círculo pessoal de Lula. Graziano sempre se opôs às propostas do movimento agroecológico e tinha relações próximas com a ABAG, da qual fez parte junto com o ministro do MAPA, também próximo do ministro da Economia, Antônio Palocci.

A nomeação de Marina Silva, ícone do movimento ambientalista e dos extrativistas da região Amazônica foi aplaudida nacional e internacionalmente. Marina entrou no ministério com um discurso propondo um papel diferente ao MMA. De mero defensor de florestas e espécies ameaçadas o MMA deveria fazer um papel de interlocução com os outros ministérios para levar as preocupações ambientais para o conjunto das ações do governo. Várias das secretarias do ministério foram ocupadas por técnicos oriundos do movimento ambientalista com forte aproximação com a

agroecologia.

A composição do ministério de Lula mostrou que a “Carta aos Brasileiros” era para valer e que o programa radical da campanha eleitoral não era. No MDA Rosseto acabou surpreendendo e fazendo uma gestão aberta à esquerda e ao movimento agroecológico, mas o conjunto dos ministérios não prenunciava nada de muito bom para o futuro.

2- Primeiros embates:

O primeiro e fundamental choque de realidade dos movimentos sociais e ambientalistas foi a decisão de Lula de emitir uma **medida provisória**, já nos primeiros meses de governo, **liberando a comercialização da safra de soja gaúcha, amplamente contaminada por plantios ilegais de variedades transgênicas (conhecidas como soja “maradona”, por ser tolerante a “drogas” ou melhor, agrotóxicos)**. Apesar da forte campanha contrária a esta liberação por parte da sociedade civil e pelos ministros Rosseto e Marina, Lula cedeu às pressões do agronegócio e de seus ministros Rodrigues e Furlan. Lula prometeu que esta liberação era excepcional, mas logo no segundo semestre lançou outra MP liberando os cultivos transgênicos de soja para a safra 2003/2004. Prometeu aos críticos que mandaria para o congresso uma nova lei de biossegurança para dirimir de uma vez por todas o contencioso. Mas a nova lei proposta pelo governo seguiu na direção de facilitar a liberação dos transgênicos, eliminando a exigência legal anterior da aprovação destes produtos pela ANVISA e pelo IBAMA. É bom lembrar que no governo FHC, apesar de fortes pressões de todo o ministério e do próprio

presidente, não houve liberação da soja “maradona” ou de qualquer outra variedade devido à resistência do ministro do MMA, Zequinha Sarney, que exigiu a cada momento que se cumprisse a lei e que se fizessem pesquisas que comprovassem a não periculosidade destes produtos. FHC poderia ter lançado mão de uma MP, como fez Lula, ou demitido Zequinha, mas preferiu respeitar seu ministro e a lei. Lula, neste como em outros casos ao longo do seu governo, confirmou o velho adágio de que se “ganha uma eleição com a esquerda e se governa com a direita”.

Este evento simbólico da liberação dos transgênicos não foi suficiente para os movimentos sociais do campo e os ambientalistas se darem conta do caráter do governo “popular”. **Preferiu-se valorizar programas como o PAA**, que entre outros aspectos positivos favorecia a compra pelo governo de produtos da agroecologia. No entanto, o PAA nunca deixou de ser um pequeno programa com um alcance máximo de umas poucas centenas de milhares de famílias agricultoras, sendo que mais de uma vez foi preciso muita pressão para salvá-lo da má vontade do MAPA. Por outro lado, o **programa de reforma agrária**, centro das preocupações dos movimentos do campo, patinou nos mesmos patamares e com os mesmos desvios da sua atuação no governo FHC. Nos 8 anos do governo FHC a média de assentados por ano foi de cerca de 55 mil enquanto nos 8 anos de Lula esta média nunca ultrapassou os 80 mil e no primeiro governo Dilma desabou para menos de 25 mil.

O programa de crédito para a agricultura familiar, PRONAF, ampliou a facilidade dos agricultores para comprar produtos

químicos e depois maquinário enquanto abriam-se pequenas janelas de recursos para a agroecologia. Este **PRONAF agroecologia**, assim como a modalidade **PRONAF semiárido**, foi mal concebido e virou letra quase morta nos acessos dos agricultores familiares.

A ANA participou da formulação destas duas modalidades do PRONAF, mas não conseguiu fazer valer as suas concepções. É interessante neste momento anotar que a ANA defendeu um programa de crédito experimental dirigido a um público a ser localizado e dimensionado pela entidade com recursos “carimbados” para este fim nas agências bancárias onde o mesmo se concentraria. A direção do PRONAF não aceitou esta fórmula e preferiu abrir um crédito ilimitado e universal do tipo “a quem interessar possa”. Isto significou que haveriam recursos a serem aplicados na produção agroecológica, teoricamente, para qualquer agricultor que os solicitasse em qualquer lugar do país. O problema é que esta demanda eventual ficou em situação de competição com as outras modalidades do PRONAF, mais convencionais e dirigidas para a compra de insumos químicos e sementes “melhoradas”. As agências bancárias criaram todo tipo de dificuldades para o acesso ao crédito para estas modalidades agroecológicas por várias razões que não cabe aqui discutir.

A pá de cal sobre o crédito para a agroecologia veio com a criação do seguro governamental para os usuários do PRONAF. Este seguro, para ser liberado, exigia que os agricultores usassem as técnicas referendadas pela EMBRAPA e que seguissem a concepção da revolução verde:

insumos químicos e sementes “melhoradas”. Os agricultores que usaram as técnicas da agroecologia com os recursos do PRONAF não receberam seguro e muitos decidiram abandonar a agroecologia para terem esta garantia.

4- A política de assistência técnica e extensão rural no governo Lula:

4.1- A formulação e aplicação da PNATER:

A elaboração do Plano Nacional de ATER, PNATER, deve muito à iniciativa de Caporal, técnico da Emater do Rio Grande do Sul e que tinha participado da experiência agroecológica imprimida por esta entidade durante o governo do PT de Olívio Dutra até 2002. Caporal chamou um seminário nacional de lideranças dos movimentos sociais do campo e extensionistas das Emater e das ONGs de todo o país. A recém-criada ANA não teve uma participação organizada neste evento, mas vários de seus membros estiveram presentes. Surpreendentemente o **PNATER afirmou a agroecologia como o conteúdo a ser promovido pelos recursos governamentais dirigidos aos serviços de extensão rural, estatais ou não.** A surpresa vem do fato de que nem as entidades maiores dos movimentos sociais do campo apostavam nesta proposta, assim como o conjunto das Emater e até o conjunto das ONGs de ATER. Caporal não tinha sequer um apoio firme de seus superiores no ministério, exceção possível do próprio ministro que, como vice-governador de Olívio Dutra, tinha tido contato com a experiência agroecológica da Emater-RS. Argileu e Bianchini, àquela altura, viam a agroecologia como uma opção de nicho

e não como uma alternativa universal. O fato é que a PNATER se definia como uma política universal e obrigatória na orientação de todos os recursos de ATER liberados pelo governo federal sem que esta proposta tivesse respaldo entre maioria dos agricultores ou entre a maioria dos extensionistas.

Como aplicar uma diretriz tão radical com tão pouco respaldo? A forma de distribuição dos recursos de ATER pelo MDA era via convênios firmados com entidades proponentes, àquela altura sobretudo as Emater e as ONGs. Em tese, as propostas destas entidades deviam seguir as diretrizes da PNATER, mas cabe duvidar do nível real de adesão às mesmas pela maioria das entidades financiadas desde 2003. Não disponho de informações sobre a distribuição de recursos entre as Emater e as ONGs a não ser para o ano de 2006. Este ano foi o que registrou o maior orçamento para projetos (convênios) de ATER no governo Lula, cerca de 250 milhões de reais distribuídos para perto de 100 projetos mais ou menos igualmente balanceados entre as Emater e as ONGs. Boa parte dos recursos destinados às ONGs chegou a entidades da ANA e pode-se dizer que foram utilizados (com maior ou menor eficiência segundo o caso, mas isto é outra discussão) para uma ATER agroecológica. Já os recursos destinados às Emater deixam dúvidas quanto ao seu uso com este fim, pois estas entidades não tinham experiência na promoção da agroecologia e não dispunham de quadros com esta formação, salvo exceções pontuais.

Para as ONGs estes recursos representaram uma proporção

crescente de seus orçamentos já que o financiamento internacional que garantiu as suas atividades até o advento de Lula entrou em rápido declínio. Para as Emater, apesar da crise financeira que viveram na maior parte dos Estados ao longo da década de 90, os recursos do MDA não eram mais do que uma parcela diminuta. Isto permite supor que as Emater tenham usado corretamente estes recursos para projetos de extensão agroecológica aproveitando os poucos quadros com alguma inclinação para esta orientação disponíveis em cada empresa. Como não foi feita nenhuma avaliação dos resultados destes projetos (assim como os das ONGs) não há como avaliar a aplicação dos princípios da PNATER no período em questão.

Caporal tinha consciência de que a universalização da ATER agroecológica não ocorreria por decreto ou por injunção dos convênios firmados com as entidades pois era **notória a falta de quadros no país com preparação técnica e metodológica para uma aplicação eficiente dos recursos alocados**. Para responder a esta carência o MDA criou um **programa de formação intensiva em agroecologia**. Reproduziu-se a nível nacional a experiência do Rio Grande do Sul no governo Dutra, financiando cursos de 40 horas para milhares de técnicos em todo o país.

Assim como aconteceu no Sul, estes cursos não foram mais do que uma superficial introdução aos temas, com ênfase na parte técnica e pouco na parte metodológica, a meu ver a mais relevante e desafiadora como analisaremos mais adiante. Não acredito que os técnicos formados em

universidades e escolas técnicas convencionais e com anos de aplicação destes conhecimentos possam, com este verniz de quarenta horas de aulas concentradas em uma semana, ter adquirido um mínimo de capacidade para executar eficientemente os projetos financiados pelo MDA. Digo isto com a experiência de 34 anos de atividade na AS-PTA e na Rede PTA onde tive que lidar com a reciclagem na formação de técnicos numa escala muito menor do que aquela colocada pela alavancagem de recursos públicos dos anos 2000.

É preciso lembrar que a PNATER não virou uma orientação para todo o MDA. A política de ATER do INCRA, conhecida como ATES, não seguiu os ditames do ministério e prosseguiu com uma assistência técnica bastante convencional no uso de seus recursos próprios e que sempre foram superiores aos do futuro DATER.

No final do primeiro mandato de Lula e sobretudo ao longo do seu segundo mandato a execução da política de ATER foi brutalmente travada pelo departamento jurídico do MDA sob pressão do TCU. O problema vivido por todos os executores dos projetos de ATER era o fato de que os convênios com uso de recurso federal eram regidos pela lei 8666, a lei das licitações. Esta lei, concebida para controlar o uso de recursos em grandes projetos não fazia nenhum sentido para o universo de pequenos projetos e cobrava uma imensa burocracia administrativa. Segundo algumas ONGs que fizeram os cálculos, isto significou gastos de gerência da ordem de 25% dos recursos disponibilizados, sem que estes gastos estivessem cobertos pelos orçamentos dos projetos.

Para organizações de pequeno porte como as ONGs o resultado é que várias foram incapazes de seguir as regras ou assumir os custos e se viram obrigadas a devolver recursos ao Estado. No segundo mandato de Lula muitas entidades deixaram de apresentar projetos sendo que várias chegaram a fechar as portas. A política de ATER entrou em crise.

4.2- A agroecologia no CONDRAF:

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar foi criado no primeiro semestre de 2004 com a participação de 19 entidades da sociedade civil, inclusive as entidades nacionais de representação da agricultura familiar; CONTAG, FETRAF e MST. Esta última entidade retirou-se do CONDRAF após alguns meses, preferindo não se comprometer diretamente com o governo apesar de fazer um apoio crítico ao mesmo. Esta posição não deixou de ter suas ambiguidades pois membros da Via Campesina (que ainda não existia na fundação do CONDRAF), o MPA e o MMC, estiveram presentes em comitês do CONDRAF de maneira mais ou menos formal ao longo do governo Lula e na própria plenária do conselho no governo Dilma.

O CONDRAF organizou-se através da criação de comitês temáticos sendo que os primeiros foram os de ATER, Desenvolvimento Territorial e o de Agroecologia. Não estive de acordo com a criação do comitê de agroecologia pois considerava que este tema era transversal a todos os comitês e centrá-lo em um organismo separado tendia ao seu isolamento. As decisões deste comitê dependiam, para serem

aplicadas, de aprovação nos outros comitês, mas era difícil conseguir que as entidades ligadas ao movimento agroecológico participassem também destes outros, que tinham maior peso e maior sustentação dentro do próprio MDA. As resoluções do Comitê de Agroecologia viraram letra morta, mais ainda porque dependiam da influência de Caporal no estafe do MDA e esta foi sendo minada pelas contradições com a equipe que veio a constituir-se, já no segundo mandato de Lula, no DATER, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural sob a direção de Argileu Martins.

No começo do governo Dilma eu propus a extinção deste comitê, que já não se reunia desde a saída de Caporal do governo e mesmo bastante tempo antes disto. Ao verificar a inocuidade desta participação eu já tinha vindo a integrar o comitê de ATER, onde se decidia uma das duas políticas mais importantes do MDA, a outra sendo, é claro, o PRONAF.

O CONDRAF lançou, no início do segundo mandato de Lula, um processo ambicioso de **formulação de um plano nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário**. A primeira conferência nacional que formulou as diretrizes para o plano teve uma ampla preparação com participação de agricultores e outras entidades da sociedade civil desde o nível territorial até o encontro nacional. A comissão de organização da conferência produziu um texto base para discussão que foi objeto de uma polemica no CONDRAF. A comissão pediu contribuições para vários colaboradores que abordaram aspectos específicos que lhes foram pedidos. Eu fazia parte desta comissão e discordei da metodologia de elaboração do

texto base por considerar que as contribuições em pedaços não permitiriam a necessária coerência de conteúdo. Voto vencido, preferi elaborar um texto integral que eu ofereci à comissão como contribuição. O grupo encarregado de juntar as contribuições em um texto coerente fez uma colagem de tal forma que o texto final ficou quase incompreensível e contraditório. Percebi neste processo que o MDA, por orientação do próprio ministro Kassel (que havia substituído Rosseto no segundo mandato de Lula), buscava esvaziar as questões mais críticas em relação às políticas executadas pelo governo e a comissão, atropelada pela falta de tempo para se reunir acabou aprovando o monstrengo.

Na plenária do CONDRAF que deliberou sobre esse texto deixei que todos se manifestassem antes de dar a minha posição. Era evidente que ninguém tinha lido o texto inteiro e que cada um apoiou ou modificou os parágrafos mais próximos aos seus interesses específicos. A única crítica ao conjunto veio do representante da Fazenda, Bittencourt, que apontou as falhas e incoerências do texto, mas a partir de uma visão bastante convencional do desenvolvimento. Na minha intervenção eu fiz o mesmo, mas a partir da visão de um desenvolvimento agroecológico. Não houve discussão e o texto foi aprovado com as modificações pontuais apresentadas por um ou outro dos participantes do conselho. Naquele momento eu me retirei da comissão organizadora pois ficou muito claro o caráter “chapa branca” do CONDRAF, tal como tinha se comportado em todo o primeiro mandato de Lula.

A impropriedade do texto e suas incoerências eram tais que o

governo tomou a iniciativa de produzir outro texto, que nunca foi submetido ao CONDRAF, mas que veio a ser a base da conferência. A agroecologia apareceu no texto como “Pilatos no credo”, sem maior relevância. Na conferência foi possível melhorar as resoluções, mas quem as ler verá que ainda guardam ambiguidades e incoerências. Para o governo o grande “ganho” foi a retirada de qualquer crítica às suas políticas.

A conferência aprovou ainda uma curta **moção** de duas páginas proposta pela ANA e assinada também por CONTAG, FETRAF, UNICAFES e Via Campesina contendo críticas ao modelo de desenvolvimento da agricultura familiar que o governo estava promovendo, às políticas de crédito e de reforma agrária, ao tamanho diminuto e burocratizado do PAA assim como ao baixo orçamento para a ATER. A resposta do ministro foi furiosa e o secretário de agricultura familiar (SAF) do MDA, Adoniran Peraci, tentou convencer os movimentos dos agricultores a retirarem o apoio à moção, sem sucesso.

A luta pela afirmação de um novo modelo de desenvolvimento baseado na agroecologia neste espaço da conferência era mais simbólica, a meu ver, já que os textos desta e de outras conferências, com exceção das de saúde, nunca tiveram incidência real nas políticas concretas.

5- A lei de ATER:

A crise provocada pelas dificuldades de execução dos projetos de ATER devido às demandas burocráticas da Lei 8666 levou as ONGs a procurarem formular uma nova lei que tratasse o chamado Terceiro Setor de forma diferenciada. A AS-PTA e a

ANA se juntaram a uma comissão de ONGs que procuraram indicar formas eficientes e apropriadas de controle governamental do uso dos recursos públicos, desde logo fora da abrangência da Lei de Licitações. Mais ainda, o amplo debate entre as entidades do terceiro setor promovido por esta comissão levou à formulação de mecanismos de financiamento que não dependessem diretamente dos orçamentos federais. O grupo baseou-se nas experiências de financiamento do terceiro setor da Europa e dos Estados Unidos, algo semelhante a Lei Rouanet para o financiamento de atividades culturais, mas sem a interferência governamental contida nesta Lei. Esta proposta já tinha sido tentada no governo FHC, mas o ministro da Fazenda, Pedro Malan, vetou a peça chave da lei que era uma dedução de 3% dos impostos pagos por pessoas físicas e 1,5% daqueles pagos por pessoas jurídicas. Apesar das muitas promessas de Lula nas duas fases eleitorais esta proposta não prosperou e só foi ser aprovada de forma totalmente distorcida e sem os elementos de financiamento acima apontados no governo de Dilma.

Paralelo a esta iniciativa o diretor do DATER, Argileu Martins, promoveu a elaboração de um projeto de lei de ATER em que apenas a ASBRAER, a Associação Brasileira de Empresas de Extensão Rural, foi consultada. O CONDRAF e o seu Comitê de ATER não tomaram conhecimento deste processo que foi tão discreto ao ponto de ser chamado por alguns de secreto. As entidades de ATER da sociedade civil ficaram sabendo do projeto de lei quando o mesmo já tinha sido apresentado à Câmara de Deputados e recebido um

relator, o deputado Geraldo Simões, do PT da Bahia e membro da Frente Parlamentar de ATER composta sobretudo por deputados que tinham sido profissionais das Emater.

Sem tempo para uma consulta às suas bases a ANA simplesmente colocou nas mãos da AS-PTA a resposta ao projeto de lei de Argileu. Como representante da ANA/AS-PTA no CONDRAF eu pedi uma reunião com o DATER para discutir o projeto. Na avaliação interna feita na AS-PTA eu defendi que não tínhamos nem tempo nem força para alterar significativamente o projeto e que devíamos nos concentrar em defender a inclusão no texto de uma referência à PNATER como elemento orientador da extensão rural; acrescentar um parágrafo indicando que a agroecologia seria o conteúdo prioritário das ações de ATER; acrescentar um artigo indicando que o **Programa Nacional de ATER, PRONATER, deveria ser elaborado nos primeiros meses de cada novo governo** de forma a poder ser incluído no PPA, Programa Plurianual do governo e que o mesmo sairia de uma **conferência nacional de ATER organizada pelo Comitê de ATER do CONDRAF.**

Levei estes três pontos para uma reunião com o DATER onde o Argileu levou cinco outros técnicos do departamento, talvez esperando que fôssemos com ânimo conflitivo para a negociação. Ficaram surpresos de me ver chegar sozinho e mais ainda quando limitei a nossa proposta aos três pontos acima referidos. Chegamos a um acordo em poucos minutos e seguimos direto para uma reunião com o relator do projeto que, dado o apoio de Argileu, comprometeu-se a incluir os nossos pontos no projeto de lei.

Fui muito criticado por Caporal por ter proposto a agroecologia como “conteúdo prioritário” e não exclusivo, tal como aparece na PNATER. Meu argumento era que esta exclusividade não passaria pela Frente Parlamentar de ATER e que, de todo modo, a letra da lei não significa necessariamente a sua aplicação estrita. Por outro lado, a Frente Parlamentar alterou alguns artigos propostos por Argileu, sendo os mais relevantes e negativos a exclusão do adiantamento de 30% dos recursos dos contratos no início da execução dos projetos e a criação de dificuldades para novas entidades de ATER se qualificarem como proponentes de projetos. Esta última medida tinha como alvo direto a Via Campesina cujas entidades de ATER tinham sido inviabilizadas por problemas na execução de projetos no período anterior, fase dos convênios.

No afã de nos livrarmos dos problemas do sistema de convênios não discutimos as implicações do sistema de contratos previsto na lei de ATER. As novas condicionalidades só vieram a aparecer quando lançada a primeira chamada para projetos em um formato que também nunca foi debatido com o comitê de ATER do CONDRAF e o efeito foi enorme. As consequências do formato contrato ainda não foram totalmente avaliadas pelas entidades de ATER da sociedade civil, pois estas estão ainda enroladas nas dificuldades de execução dos projetos.

6- Convênios e contratos:

Os **convênios** tinham problemas já citados derivados das exigências da lei 8666 e suas consequências para as

prestações de contas, mas tinham **grande flexibilidade na formulação dos projetos**. Com efeito, nesta modalidade de relação com o Estado as entidades decidiam todos os aspectos mais importantes de uma ação de ATER: localização, tamanho e escolha do público; abordagem de desenvolvimento (também chamada de estratégia de intervenção), metodologia, atividades fim e atividades meio, opções tecnológicas; tamanho e qualificação da equipe técnica, etc. Os projetos eram concebidos como extensão ou reforço de ações em curso, ou seja, eram parte de uma estratégia institucional de crescimento ou de manutenção das entidades. O ritmo de crescimento de uma entidade era calculado em função do grau, crescente ou não, de aceitação e de interesse do público potencial às ações já desenvolvidas pela entidade assim como de sua capacidade de mobilizar recursos humanos adequados. **Esta independência na formulação dos projetos permitia que várias abordagens de desenvolvimento e várias metodologias fossem adotadas segundo as convicções e as experiências prévias de cada entidade.**

Os convênios sofreram restrições para o emprego das metodologias participativas devido à sanha controladora do uso dos recursos implícita na lei 8666 e na forma como a mesma foi aplicada nos projetos de ATER. A exigência de licitações para o uso de todos os recursos utilizados, salvo o pagamento de salários, provocou a impossibilidade de se utilizarem metodologias de tipo participativo ou as tornaram alvo de questionamentos na prestação de contas.

Em algum momento do segundo governo Lula eu tive a

desencorajadora experiência de discutir estas regras com uma comissão governamental encarregada de formulá-las e que era composta por técnicos do ministério do Planejamento e da Fazenda, além da AGU. Segundo estes técnicos o governo pretendia criar um programa de computador para enquadrar o fluxo de despesas de cada projeto e torna-lo, segundo palavras de um dos presentes, “à prova de fraudes”. Cada atividade executada deveria ser objeto de licitações e toda a papelada deveria ser enviada à Caixa Econômica Federal para análise. Se aprovado o papelório os recursos para a execução da atividade seriam enviados para os agentes ganhadores das licitações, sem passar pela mão das entidades de ATER.

Vale a pena reproduzir o debate que se seguiu a esta apresentação. Argumentei que as atividades mais comuns dos projetos de ATER agroecológica utilizados pela AS-PTA (como exemplo) eram difíceis senão impossíveis de serem licitadas. Na metodologia da AS-PTA atividades coletivas com os agricultores são a regra e isto implica na organização de uma enorme quantidade de reuniões, na maior parte das vezes a campo, em alguma propriedade de um agricultor participante. Os custos destas reuniões (quase sempre de um dia ou meio dia) podem ser resumidos em:

Deslocamentos de participantes (que implicam em pequenos pagamentos de ajuda de custo, quando necessário);

Alimentação (quase sempre um almoço ou lanche onde os insumos são oferecidos pelos participantes com ou sem alguma pequena compensação monetária e elaborados pelas mulheres da família do agricultor onde a atividade é realizada

com ou sem uma pequena contribuição monetária pelo serviço);

Pagamento de uma jornada de trabalho ao agricultor que recebe os participantes da atividade (para compensar a perda de um dia de serviço).

Pagamento de uma jornada de trabalho e o deslocamento ao agricultor organizador da entidade representativa que participa do projeto (também para compensar um dia de trabalho perdido);

Os custos da participação (quando necessária) de um técnico da entidade de ATER não estão rateados por atividade de modo que não entram nesta contabilidade.

Embora os custos destas reuniões (intercâmbio de experiências, cursos ministrados pelos próprios agricultores, acompanhamento de práticas experimentais em agroecologia, etc.) sejam diminutos, o fato de que estas reuniões se multiplicam às centenas por ano de projeto acaba por significar um montante expressivo nas despesas da entidade.

Frente a este exemplo a reação dos técnicos governamentais foi de propor que se fizessem licitações para:

Contratar uma empresa de transportes para trazer os participantes para a reunião;

Contratar uma empresa de alimentação para produzir quentinhas a serem consumidas pelos participantes da reunião;

As compensações por dia de trabalho perdido do agricultor

responsável pela organização do evento e do agricultor que recebe o evento ficaram sem solução. Foi aventada a hipótese destes pagamentos não serem objeto de licitação e colocados em outra rubrica que não o pagamento da atividade em si. Mas a forma de pagamento deveria ser em depósito bancário na conta dos agricultores para poder ser rastreada pelos serviços de acompanhamento dos projetos. Frente à informação de que a maioria dos agricultores nas áreas de trabalho dá AS-PTA não tinha conta em banco foi sugerido o pagamento em cheque, outro absurdo frente aos valores em questão pois um cheque implicaria em uma despesa de deslocamento do agricultor até um banco para descontá-lo, além do tempo perdido para tal.

O evidente absurdo da contraproposta, que elevaria enormemente o custo de cada atividade além de torna-las burocraticamente exigentes, não pareceu nada demais para os agentes governamentais. Do ponto de vista de uma entidade de ATER aplicando uma metodologia participativa esta fórmula leva à total impossibilidade de operação.

A fórmula proposta pelos burocratas de montar um sistema informatizado em que os recursos nunca passariam pela mão das entidades executoras dos projetos nunca chegou a ser aplicada, mas mesmo sem este excesso a lei 8666 seguiu complicando a vida das organizações de ATER. Um “pequeno” exemplo caseiro da AS-PTA mostra as consequências dessa situação.

Em 2006 a AS-PTA recebeu um fiscal do MDA que foi analisar as nossas prestações de contas. Passou mais de um mês no escritório do Rio de Janeiro e ao final fez vários elogios ao

trabalho da entidade e ao seu sistema administrativo. No entanto, o fiscal anotou duas “pequenas” falhas nos nossos procedimentos. Em duas licitações no nosso projeto da Paraíba faltou publicar na imprensa o resultado das mesmas e isto obrigava a entidade a devolver os recursos dispendidos num total de perto de 60 mil reais. Chamei o nosso setor financeiro para pedir explicações e fiquei sabendo que essa exigência de publicação não constava das orientações distribuídas pelo próprio MDA. O fiscal concordou que tinha sido um erro do ministério, mas que a exigência constava da lei e que “ninguém está isento de cumprir a lei por desconhecê-la”.

Fui discutir com o ministro Rosseto e o mesmo admitiu que o erro foi induzido pelo próprio MDA, mas que não tinha como evitar a cobrança, com multa e correção monetária que elevaram o pagamento a 200 mil reais. Como todo diretor de ONG sabe, estas entidades funcionam com recursos de projetos que não são livremente manejáveis de um lado para outro como acontece em uma empresa. Não tínhamos de onde tirar os recursos para pagar o MDA e eu ameacei o Ministro de não pagar e processar o ministério. Rosseto explicou-me que eu provavelmente ganharia o processo, mas que o ministério estava obrigado por lei a recorrer e que a disputa judicial levaria anos. Enquanto isto, também por determinação legal, a AS-PTA estaria proibida de receber recursos federais.

O valor a ser pago representava, à época, menos de 10% do nosso orçamento, mas este pequeno montante não tinha como ser pago com os recursos das fontes que dispúnhamos. A solução foi conseguir uma ajuda extraordinária de uma

agência de cooperação que nos financiava de forma significativa e que avançou metade da nossa dívida. O resto foi coberto por dois projetos que apresentamos ao PNUD e à FAO para sistematizar e avaliar as políticas públicas para a agricultura familiar do ponto de vista da agroecologia. Passei o ano de 2007 com uma tripla jornada de trabalho já que, para poder economizar, não podíamos contratar técnicos para executar estas pesquisas.

Cada ONG de ATER (ou de qualquer outro tipo de atividade) tem exemplos similares para contar e muitas sofreram mais do que a AS-PTA para devolver (quando isto foi possível) os recursos ao governo. Como já foi dito antes, isto levou muitas organizações a interromper projetos e/ou não buscar novos convênios.

Os contratos nos livraram da lei 8666, mas colocaram outros problemas ainda não resolvidos.

A lei dos contratos passa para o contratante, no caso o MDA, uma série de definições que antes estavam nas mãos das entidades de ATER. Nas chamadas para concurso de projetos o DATER/MDA passou a definir: A localização do público nos chamados lotes e o desenho dos mesmos.

- O tamanho do público a ser atendido.
- A natureza deste público (agricultores familiares, assentados, indígenas, quilombolas, mulheres, jovens, agricultores mais pobres, agricultores mais tecnificados, etc.).
- O objeto da ATER (melhoria da renda, melhoria da alimentação, acesso a mercados, convivência com o

semiárido, substituição da cultura de fumo, produção de leite, etc.).

- As atividades a serem desenvolvidas pelas entidades (não só quais atividades, mas o tempo de duração de cada uma, o número de agricultores participantes, etc.).
- O número de técnicos a serem mobilizados para a execução dos projetos, bem como a sua qualificação.
- O valor da remuneração dos técnicos.
- Os custos administrativos.
- A forma de avaliação dos projetos.

A explicação para esta apropriação pelo DATER de todas estas definições está na necessidade do contrato definir os valores a serem pagos para a execução dos serviços de ATER. Para isto o DATER precisava definir todas as atividades em todos os seus detalhes e calcular os custos. Como os preços dos fatores variavam de lugar para lugar o DATER montou um complicado sistema levando em conta as particularidades de cada região, o tamanho dos lotes (que implica nas distâncias a serem percorridas), o meio de transporte necessário, a qualidade das vias de comunicação e muitos outros custos.

A lei não obrigava o DATER a definir lotes enormes em área e tamanho de público e muito menos o desenho dos lotes.

Estas foram opções da equipe técnica do ministério e a explicação estava na dificuldade de gestão de um número grande de projetos. A primeira chamada para projetos definiu lotes com até 6 mil agricultores em áreas envolvendo dezenas de municípios em recortes que desafiavam qualquer

lógica, agregando agroecossistemas e mesmos e c o s s i s t e m a s diferentes dentro de um mesmo lote. Estas definições podiam, no limite, serem adaptadas ao sistema das EMATER pois estas estão implantadas no conjunto de cada estado e dispendo de escritórios ou núcleos de ATER por município ou grupos de municípios. Para uma EMATER um lote gigante não seria um problema pois poderia fatiar o projeto entre seus núcleos contidos na área definida. Para as entidades da sociedade civil, muito menores e localizadas em áreas bem definidas em relação ao seu tamanho a chamada era inviável.

Uma ONG define sua área de atuação e seu público no conceito de território. Não se deve confundir estes territórios ou áreas de atuação das entidades com os territórios definidos pela secretaria de desenvolvimento territorial do MDA embora eventualmente eles possam coincidir. Uma pequena ONG pode escolher concentrar suas atividades em um público localizado em uma comunidade ou grupo de comunidades enquanto outras de maior porte trabalham com municípios como base de atuação ou com territórios no sentido estrito, conjuntos de municípios. O desenho destas áreas de ação tem a ver, às vezes, com alguma característica geográfica (uma microbacia, um vale, etc.) mas, de modo geral, o que define a área de atuação das ONGs é a forma de organização do público alvo e a abrangência desta forma. Uma comunidade é definida pela associação comunitária parceira da ONG, a dimensão municipal é dada pela relação com um STR e a territorial pode ser definida pela relação com um Polo Sindical. A definição dos lotes feita pelo DATER

ignorou o desenho da implantação das ONGs de ATER e tornou impossível a sua participação, salvo exceções, nas primeiras chamadas.

Nestas primeiras chamadas o público era definido de forma genérica como famílias de agricultores, o que poderia implicar que o alvo era o conjunto da família agricultora e não o agricultor familiar, o chefe da família. No entanto as chamadas não traziam uma orientação concreta para que as atividades envolvessem as mulheres e os jovens, por exemplo. Como a contagem do público alvo era por indivíduo, o detentor da DAP, uma família contava apenas com um participante, homem, mulher, jovem, adulto ou idoso. Na prática isto **tendeu a privilegiar uma ATER dirigida aos homens chefes de família** a não ser nas situações, comuns no Nordeste, em que o chefe de família é uma mulher. A (boa) ideia implícita na definição do alvo de famílias de agricultores não prosperou, pois implicaria em mais de uma pessoa por família participar das atividades. Junta-se a isto o fato de que o modo de aferição da execução dos projetos, que discutiremos mais adiante, exige a apresentação da DAP dos participantes e a DAP está no nome do chefe do empreendimento.

O tamanho das equipes e sua composição foi definido pelas chamadas com critérios que nunca ficaram claros, mas que penso poder deduzir a partir da metodologia privilegiada implicitamente pelo conjunto das atividades também definidas pelo DATER. **As primeiras chamadas obrigavam a uma forte concentração nas atividades de caráter individual onde um técnico visita um agricultor em sua propriedade.** Acho que o DATER definiu em primeiro lugar quantas vezes um técnico

deveria visitar uma propriedade específica e o tempo de duração desta visita, assim como o tempo de deslocamento do técnico até a propriedade. Estabelecida a carga de visitas e o tempo investido por técnico nas mesmas era só fazer a divisão do número de agricultores a serem assistidos no projeto pelo número de agricultores que cada técnico idealmente poderia assistir em visitas individuais. A carga de agricultores por técnico variou de região para região em função da distância entre as propriedades e um “centro” que seria a base da entidade e das dificuldades de transporte (rios, estradas com e sem asfalto, picadas na mata para acesso a pé, etc.). É interessante notar que o tempo de trabalho dos técnicos nestas visitas individuais ocupava a quase totalidade do seu tempo total disponível, deixando claro que a **metodologia implícita adotada pelo DATER era a da transferência de tecnologia de forma individualizada**. Sequer foi adotada uma modalidade menos individualizada defendida pelo Banco Mundial e conhecida como Treinamento e Visita, onde os treinamentos são coletivos e as visitas individuais para reforçar a aplicação dos conhecimentos recebidos dos técnicos. Argileu nunca escondeu que esta metodologia de assistência técnica individual era sua escolha e o ouvi dizer “agora os técnicos vão ter que botar as mãos e os pés no barro”. O pouco tempo extra disponível para estes técnicos era para cumprir com as exigências burocráticas dos projetos, enviar por computador as comprovações de cada atividade. **Nestes primeiros projetos não se levava em conta a necessidade de atividades meio como planejamento, avaliação e sistematização das atividades.**

No que diz respeito à qualificação das equipes o DATER privilegiou a contratação de técnicos de nível médio para a execução das atividades e técnicos de nível superior para a sua coordenação. A composição das equipes das ONGs de ATER era mais de técnicos de nível superior e esta diferença criou também não poucas dificuldades para adaptar estas entidades para a execução dos projetos.

A metodologia de transferência de tecnologia, também chamada de “**difusionista**”, não leva em conta o conhecimento dos agricultores e os coloca como sendo uma “página em branco” onde os técnicos vão escrever os novos conhecimentos a serem aplicados, definidos pelos próprios técnicos. Isto pode funcionar para sistemas convencionais e simplificados do agronegócio e do agronegócinho, mas não tem qualquer vigência em projetos de promoção da agroecologia. Mais adiante discutiremos em detalhe as implicações da opção pela agroecologia nas metodologias de ATER.

A definição de lotes de grande porte implicou na formação de equipes também de grande porte. Para as EMATER isto não era um problema já que os governos estaduais já financiavam equipes muito maiores do que aquelas típicas das ONGs. Na verdade, estes projetos do DATER eram uma mão na roda para as EMATER já que proporcionavam um recurso extra que cobria os gastos que eram assumidos pelos governos estaduais, dando folga de caixa para essas entidades. Já as ONGs tinham equipes enxutas para executar projetos financiados por entidades privadas da cooperação internacional e não tinham quadros disponíveis para os novos

projetos das chamadas. Deste modo estas entidades tinham de contratar novos técnicos e enquadrá-los com os técnicos já engajados, roubando tempo dos projetos já em curso. Como técnicos preparados para atuar na promoção do desenvolvimento agroecológico não abundam esperando serem contratados e, mesmo se houvessem seria necessário formá-los na abordagem adotada por cada entidade, a dificuldade de compor equipes grandes a toque de caixa para executar os projetos foi enorme. Agravou-se esta situação pelo fato dos **contratos não permitirem que se dedicasse tempo para a formação dos novos técnicos**. Isto se explicou pela natureza dos contratos, pois as entidades proponentes dos projetos devem dispor dos meios de executá-los, seja em conhecimentos técnicos seja em pessoal.

Quanto ao conteúdo técnico da ATER financiada pelos projetos do MDA o que se pode dizer é que a PNATER obrigava a opção pela agroecologia, mas a realidade institucional, experiência prévia e dependência política das EMATER em relação a seus governos estaduais não nos anima a achar que tenha havido qualquer esforço coerente nesta direção. O conceito de agroecologia era demasiado estranho e desconhecido da grande maioria dos técnicos e mais ainda dos responsáveis políticos das EMATER para que tenha havido mais do que um leve verniz agroecológico nas práticas de ATER de uso corrente nestas entidades. Foi melhor assim porque acho que um projeto de ATER agroecológica mal concebido faz mais mal aos agricultores (e, em consequência, à agroecologia) do que um sistema convencional com um mínimo de cuidado

e racionalidade.

Mesmo entidades com histórico no movimento agroecológico tiveram que fazer tais concessões metodológicas para poder cumprir a agenda de atividades definida pelo DATER que elas concretamente se transformaram em algo diferente do que eram, um híbrido de ONG de ATER com opção técnica pela agroecologia, mas com uma abordagem e metodologia de promoção do desenvolvimento de tipo convencional. Estas entidades montaram grandes equipes com pessoal sem preparação para a complexidade da ATER agroecológica e esta foi mais uma razão para abandonar as metodologias desenvolvidas pelo movimento agroecológico ao longo de 30 anos. A meu ver estas entidades não fazem muito mais do que cumprir tabela, ou seja, realizar as atividades previstas nas chamadas, mas o efeito destas atividades eu não pude observar.

Seria necessária uma avaliação de fundo sobre os resultados destas chamadas iniciais (como também das seguintes) para verificarmos os efeitos do formato adotado pelo DATER para suas chamadas. Seria também importante fazer um diagnóstico das entidades contratadas para executar os projetos e ver os efeitos comparativos com a sua performance histórica. Estou convencido que algumas destas ONGs perderam substância e eficiência embora tenham levantado mais recursos do que qualquer outra ONG de ATER agroecológica.

Neste período o governo não fez qualquer **avalição dos resultados** dos projetos financiados. Existe uma “avaliação” que não é mais do que uma aferição da realização ou não das

atividades previstas e com o número previsto de participantes e pelo tempo previsto para cada uma. Em cada atividade (e, note-se bem, só existem atividades fim, junto aos agricultores) o técnico tem que perder um tempo considerável para verificar a identidade e as DAPs de cada participante e buscar a assinatura de cada um em um “atesto” onde ele confirma ter participado da atividade. O relatório da atividade e os atestes são então escaneados e enviados para o sistema computadorizado do ministério. O MDA tem que processar esta informação e aprova-la para ordenar o ressarcimento dos gastos incorridos pela entidade de ATER. Eventualmente um fiscal do MDA tem que aprovar estes relatórios e verificar in loco se a entidade está cumprindo corretamente o seu programa.

Na prática este processo funcionou muito mal. Problemas com o sistema, muitas vezes sobrecarregado ou fora do ar, problemas com os fiscais, pouco pessoal no DATER para acompanhar os processos resultaram em atrasos sistemáticos no ressarcimento das entidades, apesar da imensa dedicação dos técnicos do MDA. Como já foi dito antes, as entidades de ATER da sociedade civil não dispõe de reservas livres para usar como capital de giro e todas tiveram que usar recursos “emprestados” por outros projetos sob sua responsabilidade ou pedir empréstimos bancários (decisão de alto risco dados os juros vigentes no país). **Os atrasos nos ressarcimentos provocaram tremendos estresses nas entidades, interrupções na execução dos projetos do MDA e até dos outros projetos das entidades.** Com frequência estas entidades tiveram que demitir equipes inteiras no meio da execução dos projetos

por não poder arcar com os custos destes atrasos. À chegada dos recursos os contratos com os técnicos das equipes eram retomados, mas nem sempre os mesmos estavam disponíveis obrigando a novas contratações e novos problemas de adequação e preparação das equipes.

A crise da ATER ganhou novas formas e tão dramáticas quanto as do tempo dos convênios. A maioria das entidades de ATER vinculadas à ANA não entraram nas primeiras chamadas e se mantiveram com os poucos e decrescentes recursos oriundos da cooperação internacional. **Creio que se pode dizer que por um (convênios) ou outro (contratos) motivo a ATER agroecológica “nunca antes na história deste país” passou por tantas dificuldades.**

Neste ponto é importante lembrar das dificuldades impostas às próprias Emater para cumprir os contratos. Com efeito, verificou-se que mesmo estas entidades, contando com muito mais técnicos do que as da sociedade civil, encontraram empecilhos oriundos de não poderem contratar novos técnicos. As Emater apontaram, recentemente, para o fato de que seus técnicos já contratados antes das chamadas estavam comprometidos com projetos em curso e que novas contratações no serviço público implicam em concursos que estavam travados pela crise administrativa e financeira dos Estados. Na prática isto levou a uma participação relativamente pequena das Emater nos projetos aprovados no regime de contratos com o DATER.

7- A reforma das chamadas.

7.1- A Primeira Conferência de ATER:

Com a eleição de Dilma em 2010 a lei de ATER previa que a conferência de ATER deveria ser realizada nos três primeiros meses de 2011 de modo a poder colocar as propostas orçamentárias no Programa Plurianual de investimentos do novo governo. O DATER havia preparado a convocação desta primeira conferência já para janeiro de 2011, mas o tempo foi passando e nada aconteceu. Pretextou-se a necessidade da nomeação de um novo ministro e confirmação ou modificação da equipe do MDA para tomar esta iniciativa.

A nomeação do novo ministro do MDA virou uma novela. Dilma rompeu com o acordo interno do PT que dava o MDA para a corrente de esquerda Democracia Socialista e indicou para o ministério uma técnica sergipana que tinha sido secretária de agricultura do governo petista daquele estado. A DS reagiu em duas frentes, contrariando a indicação de Dilma para a presidência da Câmara, o deputado paulista Cândido Vaccarezza (que tinha se eleito com apoio financeiro da Monsanto e acabou comprometido em denúncias de corrupção) e elegendo o deputado gaúcho Marco Maia ao mesmo tempo que pressionava pela manutenção do MDA sob seu controle.

O problema da DS era não ter um nome de força para o posto pois Rossetto não quis voltar ao ministério e o outro nome apontado, o senador da Bahia Walter Pinheiro também preferiu assumir o seu mandato no parlamento. Após algum tempo sem ministro Dilma acabou nomeando o nome indicado pela DS, o ex-secretário de urbanização da Bahia, Florence, pouco familiarizado com os temas do MDA.

O DATER não sofreu modificações a não ser pela saída de

Caporal que foi ser mais útil como professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Resolvidos os problemas de composição do MDA a conferência continuou fora da agenda e o comitê de ATER do CONDRAF só foi se reunir em julho. Neste momento a ANA cobrou a realização da conferência e recebeu como resposta que era melhor juntar esta conferência com a segunda de desenvolvimento rural sustentável, sem prazo para ser realizada. Foi preciso uma nem tão velada ameaça de entrar na justiça pela realização da conferência, com base na Lei de ATER, para que a mesma fosse marcada para outubro de 2011.

Desde o primeiro momento de preparação da conferência o embate entre a sociedade civil e o governo foi duro. O **governo não queria, mais uma vez, fazer uma avaliação de suas políticas** e pretendia restringir a conferência a definir “diretrizes” para o PRONATER. A sociedade civil fez aprovar no Comitê de ATER outro objeto para a conferência; a **discussão dos problemas de operacionalização da PNATER, ou seja, a discussão do formato e da execução das chamadas.** Em um dos momentos mais ásperos deste choque com o governo escutei de uma assessora direta do ministro uma raivosa afirmação de que “estávamos nos metendo nos privilégios do executivo” e que a nossa pretensão de interferir na operacionalização não seria aceita. Respondi que ela deveria dizer isto na abertura da conferência e ver o resultado. É preciso reconhecer que nem Argileu nem a equipe do DATER fizeram uma resistência tão bruta às nossas pretensões, mas estava claro que se sentiam incomodados

com o ataque à política de ATER, na forma como vinha sendo executada.

Foi neste momento que a ANA conseguiu uma aliança importantíssima com a FASER, entidade de representação dos extensionistas das EMATER. A FASER só tinha um representante no Comitê de ATER, mas tinha forte influência na própria base dos técnicos do governo pois muitos tinham origem nas EMATER.

A preparação nas bases (conferências municipais, territoriais e estaduais) permitiu um forte questionamento dos programas de ATER e o levantamento de várias sugestões de superação dos mesmos. Como no momento do seminário de elaboração da PNATER a **ANA não teve uma intervenção organizada na etapa de preparação da conferência**. Vários membros da ANA participaram aqui e ali nas conferências, usando como base os textos produzidos por mim na qualidade de representante no CONDRAF, mas faltou uma coordenação e uma maior mobilização da base da ANA. Isto se explica pelo fato da ANA ter se engajado com todas as suas forças no processo de formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Apenas como parêntese quero dizer que **divergi da decisão da ANA de concentrar seus esforços numa empreitada tão ambiciosa como a formulação da PNAPO e, depois, do PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica)**. Objetei por duas razões: a primeira por compreender que todas as decisões tomadas na PNAPO ou PLANAPO teriam que passar por outros foros nos ministérios

respectivos (MDA,MMA,MEC, MCT, MAPA, etc.) e que nos faltavam forças, conhecimento e respaldo para tamanha ambição; a segunda por intuir que era mais viável procurar **formular um programa experimental com um porte ao alcance com a nossa capacidade de execução e não tentar políticas universais e mais ainda, um conjunto de políticas universais que tinham que guardar coerência entre si para serem consequentes.**

Para esclarecer, estou chamando de universais as políticas que se dirigem ao conjunto do público alvo das mesmas, no caso a agricultura familiar. Eu já tinha constatado a inutilidade de se decretar a agroecologia como uma opção única para programas de ATER (caso da experiência do governo Dutra no RGS). A própria aplicação da PNATER era outro exemplo de uma política destinada a ser universal, mas que não conseguia se concretizar. **Parecia-me que a ANA deveria lutar por um programa de agroecologia e produção orgânica na escala da nossa capacidade de execução e que o elemento chave deste programa eram as políticas de ATER e de crédito, além da necessária ampliação e desburocratização do PAA.**

Entusiasmados com o espaço aberto para um debate abrangente e amplo com o governo os militantes da ANA se empenharam em um exercício de formulação de múltiplas políticas de forma articulada, mas o que conseguiram foi pouco mais do que muitas reuniões, muito palavrório e pouca realização. **Foram formulações interessantes em alguns casos e precárias ou até ausentes em outros, mas não passaram de um exercício intelectual.** Chego a pensar que os governos Lula

e Dilma encontraram uma fórmula de neutralizar a sociedade civil ao longo de seus governos: envolve-la em uma aparente participação na elaboração das políticas governamentais que raramente chegava a algum resultado concreto, mas que consumia energias que poderiam ter sido usadas em pressões mais objetivas e direcionadas. O exemplo da Conferência de ATER mostra como o governo ficava nervoso com uma pressão dirigida a uma intervenção concreta na execução das políticas, “um privilégio do executivo” como dizia a assessora da DS.

Na conferência de ATER o governo fez várias tentativas de limitar os espaços de avaliação da política. A primeira foi eliminar a sociedade civil da mesa de debates que abriu a conferência. Isto provocou uma reação das 12 entidades mais representativas da sociedade civil que exigiram estar nesta mesa. O grupo dos 12 foi desafiado pelos quadros do governo a escolher 4 representantes para a mesa a pretexto da falta de tempo para todos se manifestarem. Penso que os quadros governamentais não acreditavam que seríamos capazes de chegar a um acordo devido às notórias divergências e competição por espaço sobretudo entre as três entidades de representação da agricultura familiar. O tiro saiu pela culatra e eu fui escolhido para fazer a intervenção mais geral sobre a política enquanto três outros companheiros e companheiras falavam de aspectos mais específicos. A plenária da conferência aplaudiu os pontos mais críticos à política vigente e criou-se um clima favorável às nossas teses nos debates em comissão.

O grupo das 12 entidades firmou-se como um polo de

articulação dentro da conferência e foi nele que se discutiram e aprovaram as propostas de resoluções que foram levadas para a plenária final. É bom lembrar que o MDA acabava de empossar seu quarto ministro, o segundo de Dilma, na pessoa de Pepe Vargas, deputado do PT do RGS e quadro destacado da DS.

Pepe percebeu imediatamente a força adquirida pelo grupo dos 12 e orientou seu secretário executivo, Laudemir, a formar um grupo de consultas que ficou conhecido como **Grupo de Trabalho Estratégico ou GTE**. Isto criou uma enorme confusão com o espaço do Comitê de ATER e com o do CONDRAF que detinham a representação institucional da sociedade civil e do governo. Na primeira reunião do GTE eu propus a formação de outro grupo, que ficou conhecido como **GTO, Grupo de Trabalho Operacional**. Neste segundo grupo o centro das preocupações era aquilo que foi o objeto dos embates na conferência, a operacionalização da PNATER. O GTO lançou-se imediatamente no debate da reformulação das chamadas de ATER.

7.2 - Os debates no GTO:

O GTO foi composto por representantes da UNICAFES, da CONTAG, da ANA/AS-PTA, da ASBRAER, da ASA, do movimento de juventude rural e dos quilombolas pela sociedade civil e um variado grupo de técnicos do DATER onde Éverton ficou como pivô. Em princípio o GTO reportava-se ao GTE, mas como este foi sendo esvaziado ele passou a levar suas resoluções para o comitê de ATER e daí para o CONDRAF.

Antes da criação do GTO o GTE passou por uma série de reuniões onde as “Doze” se defrontavam com vários membros do DATER, capitaneados pelo Argileu, além de representantes de outras secretarias ou departamentos do MDA (mulheres, territórios, povos e comunidades tradicionais). O secretário geral do ministério, Laudemir, presidiu todas as reuniões. Era claro que a orientação do ministro Pepe era de negociar com a sociedade civil “à vera”, ou seja, sem subterfúgios e conversa fiada.

As primeiras reuniões foram um teste de até onde o DATER/MDA estava disposto a negociar. Na pauta da sociedade civil estavam questões como antecipação dos recursos para gerar capital de giro para as entidades, redefinição das atividades previstas nos projetos, discussão das formas de avaliação dos projetos e de comprovação da realização dos mesmos, metodologia dos projetos, tamanho dos lotes, desenho dos lotes, definição do público, o problema da formação dos técnicos, definição do objeto das chamadas, etc. A questão de fundo era como adaptar as chamadas aos princípios de uma ATER agroecológica.

A posição inicial do DATER foi apresentada por funcionários de segundo ou terceiro escalão convocado como bucha de canhão no enfrentamento com as Doze. A cada questionamento ou reivindicação de nossa parte a resposta deste time era, sistematicamente, “não pode” ou “a lei não permite”.

Dei-me ao trabalho de analisar a lei e pedi ajuda a um consultor da Câmara que tinha ajudado a elaborá-la. Ficou

claro que não podíamos ganhar na antecipação dos recursos a não ser mudando a lei, mas quase todas as outras questões eram discutíveis e tinham a ver com a lei dos contratos. As restrições eram muitas, mas não impediam que se buscasse um formato diferente e mais flexível para os projetos.

Os impasses com a equipe do DATER terminaram no dia em que, após mais uma rodada de negativas alguns de nós declaramos que iríamos abandonar aquela reunião e próprio GTE. Argileu imediatamente interveio e afastou o time do “não” declarando que tudo estava aberto para negociação. Como o grupo era muito grande para o debate técnico que se fazia necessário criou-se um grupo menor, o já apresentado GTO.

Na primeira reunião do GTO discutiu-se a possibilidade de um formato radicalmente diferente de financiamento dos projetos. Ronaldo da CONTAG propôs que os pagamentos dos projetos fossem feitos segundo um cronograma de desembolso proposto pela entidade executora em função do fluxo de atividades por ela definidas e dos custos decorrentes. O orçamento geral dos projetos seria definido pelo DATER com base em negociações no GTO. Verificou-se que o ideal seria que estas negociações fossem feitas projeto a projeto, mas isto esbarrava com o processo de concorrência nas chamadas para cada lote. Em outras palavras, **o DATER precisava definir o quanto queria gastar em cada lote e os projetos tinham que se ater a estes valores.** Sugeri então que o DATER calculasse estes valores segundo a metodologia que julgasse mais adequada, mas que a metodologia aplicada por cada entidade e, por consequência, as atividades que iria

desenvolver, seriam de sua livre escolha desde que os objetivos definidos pelo DATER fossem atingidos. Os objetivos a atingir seriam objeto de outra discussão no GTO, mas a sua aferição seria feita por amostragem do público alvo em cada etapa do projeto (a serem definidas). Abandonava-se assim o sistema de comprovação de atividades e o sistema de pagamento por atividade realizada, substituído por um cronograma de desembolso automático.

Houve muita discussão sobre **qual o método de cálculo dos custos por agricultor assistido por ano**, mas a mim parecia que a questão era menos relevante. Com efeito, estes custos dependem das atividades a serem realizadas e da composição da equipe e estes dois fatores dependem das escolhas metodológicas de cada instituição. Para mim estava claro que a metodologia difusionista adotada implicitamente pelo DATER nas suas primeiras chamadas era mais cara do que as metodologias participativas adotadas pela AS-PTA que usavam menos técnicos e mais a contribuição dos próprios agricultores, muito mais barata. Deste modo podíamos usar equipes menores e mais qualificadas do que propunha o DATER e ganhar um significativo “overhead” em cada projeto. A metodologia do DATER estava centrada na assistência individual e pouco nas atividades coletivas (e estas estavam centradas em cursos ministrados pelos técnicos) e isto exigia equipes numerosas e caras, apesar da decisão de compor equipes com mais técnicos de nível médio e poucos de nível superior.

Esta proposta mexia com a predefinição do tamanho e composição das equipes que prevaleceu nas primeiras

chamadas e deixava a decisão na mão das entidades proponentes dos projetos.

A proposta encontrou fortes resistências no DATER, mas também sofreu com a insegurança das entidades da sociedade civil que tendiam a cobrar uma relação entre o número de técnicos e o de agricultores assistidos ainda mais alta do que o que propunha o DATER. **O que ficou claro nesta fase é que não tínhamos unidade metodológica entre as entidades de ATER e que também entre estas prevalecia o modelo que privilegiava a assistência técnica individual.** O que confundia o debate é o fato de que estas entidades questionavam, em princípio, o modelo difusionista, mas na prática ainda o adotavam. Não era possível, naquele quadro, discutir a necessidade de se mudar as metodologias para que fosse viável uma ATER agroecológica, pois esta mudança exigia transformações nas entidades que não viriam com facilidade e a tempo para serem adotadas na disputa e execução das próximas chamadas. O DATER, por sua vez, dizia que a proposta não seria aprovada pelo jurídico do ministério e insistia no sistema de pagamentos por atividade realizada.

Neste impasse decidiu-se realizar um exercício de elaboração de uma nova chamada e tentar chegar a uma conciliação. O modelo mais radical proposto por Ronaldo e por mim foi derrotado, menos pela resistência do DATER que poderia ter sido testada junto ao jurídico, mas pela dificuldade de compreensão do nosso próprio campo da sociedade civil. Argileu, habilmente, considerou a proposta como ideal, mas só aplicável em outro quadro legal. Este quadro seria o da criação de uma entidade gerida por outra lei que estava já em

discussão (trataremos dela mais adiante): a da ANATER, Agência Nacional de ATER. Neste ponto o aspecto importante é a solução de empurrar os problemas para serem resolvidos no quadro da nova lei e isto foi engolido por nós.

7.2.1- A chamada de sustentabilidade:

Este tema foi proposto pelo DATER, talvez como resposta às críticas dos Doze às opções temáticas das chamadas anteriores que não contemplavam claramente a opção pela agroecologia. O DATER propôs ainda que a chamada seguinte fosse uma chamada de agroecologia.

A escolha dos temas é reveladora do pensamento dominante no DATER. **Objetei que todas as chamadas deveriam ser de “sustentabilidade” e que isto significava que deveriam ser de “agroecologia”.** Afirmei ainda que se a proposta de sustentabilidade fosse corretamente definida ela dispensaria uma chamada de agroecologia. A confusão conceitual mostrava que o DATER ou não compreendia o que era sustentabilidade e o que era agroecologia ou tinha estas propostas como algo que deveria conviver com outras, não sustentáveis e não agroecológicas, em franca ruptura com a PNATER e a própria lei de ATER (embora nesta última o modelo agroecológico não fosse exclusivo).

A definição do público alvo pelo DATER nesta chamada de sustentabilidade ajuda a compreender a mentalidade dos técnicos do DATER. **O alvo eram os agricultores “modernizados” que tinham adotado as práticas da revolução verde e o objetivo era a substituição de insumos químicos por insumos orgânicos.** A dimensão e localização do público alvo

foram feitos utilizando-se estatísticas do censo do IBGE e os lotes desenhados para incluir um número mínimo de mil agricultores. Nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, mas também em partes do Sudeste e até do Sul o número relativamente menor deste tipo de agricultor e a sua concentração em alguns municípios, em geral separados uns dos outros fez com que os lotes ficassem particularmente grandes.

O que resultou desta definição de lote e de público foi a virtual impossibilidade de se ter uma ATER que envolvesse as entidades dos agricultores na sua execução. Como os agricultores não estão organizados por tipo de produção, mas por base geográfica (associações em comunidades, sindicatos em municípios e polos sindicais em territórios) e os lotes não estarem referidos a estas bases organizacionais os executores dos projetos ficam sem uma interlocução organizada “natural” com o público alvo. Este problema não é banal, pois sem esta interlocução com as organizações dos agricultores as dificuldades de se aplicar as metodologias participativas se acumulam.

Teoricamente seria possível abordar cada um dos sindicatos dentro de cada lote e sensibilizá-los para o projeto, mas isto implicaria em um longo processo de aproximação, já que a definição dos lotes não levou em conta as relações prévias das entidades de ATER com as entidades dos agricultores. **A proposta parte do princípio que a substituição de insumos e a “sustentabilidade” seriam aceitas a priori pelo público ou pelas entidades de representação deste público.** A experiência mostra que os agricultores que ingressaram no

agronegocinho pelas facilidades oferecidas nesta direção pelas políticas de apoio à agricultura familiar desde os governos de FHC e Lula não aceitam facilmente a procura de outro caminho. Suas entidades representativas também preferem, salvo exceção, reivindicar mais facilidades para a via insustentável do que buscar uma radical mudança de rumo. Neste caso, claramente, a política de ATER entra em contradição com as mais importantes políticas de desenvolvimento da agricultura familiar, o PRONAF e o seguro agrícola.

Este modelo de chamada ignora que um projeto de ATER tem que estar inserido em uma estratégia de desenvolvimento que tem, necessariamente, que ir demonstrando para o público potencial as vantagens do caminho alternativo e buscando a adesão paulatina de novos “conversos” às novas práticas. Ao montar lotes sem qualquer relação com o trabalho prévio das entidades de ATER e com as alianças que estas entidades estabeleceram com as organizações de agricultores em seus territórios de atuação o DATER gerou uma situação de alta artificialidade a não ser que se suponha que o trabalho se realize sem estas relações e com um convencimento individual de cada agricultor identificado com esta tipologia no censo do IBGE. Mesmo esta suposição esbarra nas resistências naturais de um público que está inserido em outra lógica de produção. Mais uma vez, a visão do agricultor, modernizado ou tradicional, como uma “página em branco” pronta para receber os “escritos” dos técnicos fica explícita.

A reclamação feita pelas entidades de ATER da sociedade civil

sobre o atropelo à suas estratégias e à história de sua inserção no meio rural gerou alguns ajustes na formatação (tamanho e desenho) dos lotes nos lugares em que estas entidades estavam inseridas, mas onde elas não tinham um trabalho prévio não houve mudança.

O DATER confiou que a muito mais ampla inserção das entidades estatais de ATER, as EMATER, resolveria o problema, mas em muitos lotes sequer as EMATER se candidataram. **A oportunidade de se ganhar dinheiro com a ATER começou a gerar a criação de empresas privadas de ATER e/ou cooperativas de técnicos sem histórico de trabalho em algum lugar destes lotes e sem tradição em projetos “sustentáveis” para não falar de projetos com orientação agroecológica.** Aliás, estas novas entidades de ATER não tinham tradição nenhuma e agruparam técnicos ad hoc que também não tinham formação em desenvolvimento agroecológico ou mesmo com a sua formulação mais simples, a substituição de insumos. **Embora esta proposta de substituição de insumos pareça simples a experiência mostra que ela não é tão fácil de ser aplicada.** Com efeito, os insumos a serem substituídos são poucos: adubos químicos, sementes melhoradas e agrotóxicos. Mas que adubos orgânicos empregar? Quais sementes crioulas utilizar? Que tipo de caldas usar contra que tipo de pragas, fungos e doenças? Que utilizar no lugar de herbicidas? As respostas genéricas não funcionam para a maioria dos casos.

Para começar, não estamos nos Estados Unidos ou na Europa, onde tais insumos são compráveis quase por toda parte.

Nestes países a discussão sobre a substituição de insumos está mais no plano da comparação de custos e nas facilidades ou dificuldades operacionais na aplicação de uma ou outra proposta e nas compensações oferecidas pelo mercado para produtos “limpos”.

No Brasil a questão é mais complicada por não haver um mercado destes insumos a não ser em muito pequena escala, mais dirigido à jardinagem, e com custos muito altos. Isto significa que o agricultor terá que produzir seu próprio adubo orgânico. E qual seria o mais apropriado para cada situação? Composto orgânico? Adubação verde? Cobertura morta (mulching)? Pós de rochas? E como conseguir os insumos para fazer o composto (esterco de várias origens, restos de culturas, palha, capim, mato, etc.)? Qual o tempo de trabalho para fazer a quantidade necessária de composto? Lembremos que a recomendação mais genérica de aplicação de composto conhecida é de 20 toneladas por hectare/ano. Se o agricultor cultivar 5 hectares esta demanda sobe para 100 mil quilos, o que representa um enorme esforço para reunir a matéria prima, manejá-la e aplicá-la. Não é por acaso que esta solução dificilmente é utilizada fora de quintais ou na produção de hortaliças onde a intensificação da produção exige ou permite áreas menores e menos insumos.

A alternativa da adubação verde é mais adequada em todos os sentidos, mas mais exigente do ponto de vista de conhecimento. Qual adubo verde usar em cada lugar? Usar adubo verde de inverno ou de verão? Qual o manejo específico de cada uma destas espécies? Onde achar as

sementes de adubos verdes mais adequados para cada situação? A tradição, se é que se pode dizer que existe uma, do uso de adubos verdes ficou concentrada no sul do país e é nesta região onde é possível encontrar sementes de espécies adaptadas.

É claro que é possível fazer um trabalho de introdução de adubos verdes que inclua a multiplicação de sementes pelos agricultores e testes de adaptabilidade para cada situação, mas isto não se faz de uma hora para outra em projetos de 3 anos e muito menos com metodologias convencionais em que o técnico tem ou pretende ter todas as soluções. Igualmente o uso de sementes crioulas, para funcionar em larga escala, exige toda uma estratégia de resgate, comparação, seleção, melhoramento, multiplicação, etc. Para ter-se uma ideia da complexidade desta proposta a experiência da AS-PTA no Paraná envolveu, em certo momento do processo, cerca de dez mil agricultores e mais de 120 variedades de milho empregadas em proporções desiguais em um território não muito grande. Para atingir estes resultados a AS-PTA levou perto de 10 anos.

Os exemplos acima são apenas para mostrar que a proposta do DATER era inviável em mais de um sentido e que não é possível simplesmente produzir uma chamada para projetos de três anos com um enorme público disperso em um enorme lote e sem uma base organizada com a qual trabalhar. Mesmo que os técnicos fossem superpreparados nas técnicas da agroecologia eles não conseguiriam levar as propostas de substituição de insumos ao conjunto do público

fosse qual fosse a metodologia utilizada no prazo disponível.

Para terminar esta avaliação crítica dos conceitos subjacentes às chamadas de ATER devo dizer que talvez **o maior equívoco esteja na exigência de operar com o conjunto do público alvo desde o início da execução do projeto.** Com efeito, toda entidade de ATER da sociedade civil escolhe um local de ação a partir de algum contato com alguma organização de agricultores que acolhe a proposta e apoia a sua execução. Uma estratégia habitual é começar com um pequeno grupo e introduzir paulatinamente as práticas da agroecologia, identificando-as junto com os agricultores e testando-as para permitir que cada um faça a sua escolha e adapte as práticas a sua situação específica. Os acúmulos deste processo inicial (que pode levar alguns anos) de transição para a agroecologia neste grupo vão então sendo levados para outros agricultores que passam a ter um exemplo demonstrativo das vantagens que podem obter e experiências concretas sobre as quais se apoiar para descobrir seus próprios caminhos de transição.

A experiência mostra que o tempo investido neste grupo inicial (que é, em geral, uma parcela de uma comunidade) é proporcionalmente grande quando comparado com as etapas de expansão gradual do processo (para outros membros da mesma comunidade, para comunidades vizinhas, para outros municípios, etc.). Esta estratégia fica totalmente inviabilizada as chamadas são executadas abrangendo o conjunto do público desde a primeira atividade.

Outro problema encontrado nesta e em outras chamadas é a

ideia de segmentar o público dentro de um “território”, ou melhor, do lote. Assim, aparecem chamadas para assentados, quilombolas, indígenas, agricultores familiares tradicionais, agricultores familiares modernizados, produtores de leite, produtores de fumo, mulheres, jovens, etc. É claro que na execução de um projeto de ATER para um território existem particularidades que distinguem tipos de público, mas a sua organização por tipo ocorre por consequência destas particularidades e não é um a priori do projeto.

Explicando melhor: no território da Borborema, na Paraíba, onde atua a AS-PTA, existem assentados, agricultores familiares tradicionais, agricultores familiares modernizados, homens, mulheres, jovens, idosos. São perto de 13 mil famílias distribuídas em 15 municípios.

O território está longe de ser homogêneo em suas características físicas e até climáticas, já que está numa zona de transição entre a zona da mata e o sertão e com alta diversificação de ambientes. Mesmo dentro de uma pequena comunidade encontram-se diferenças significativas entre os produtores.

O diagnóstico realizado no território identificou mais de 20 tipos (dos quais 8 foram priorizados como os mais significativos) diferentes de agricultor e as práticas de experimentação tendem a agrupar os participantes por tipos de agroecossistemas por eles empregados. Mas as formas de organização iniciais deste público nunca são por este nível de diferenciação de agroecossistema, mas por localização física de suas parcelas. Muitas propostas técnicas e experimentações não são específicas para cada tipo de

agricultor embora as adaptações das mesmas possam diferir segundo os agroecossistemas. Os grupos de experimentadores podem ser diferenciados por tipo de agricultor, mas o mais comum, pelo menos nas primeiras etapas dos projetos, é que elas sejam definidas por local de moradia e proximidade.

Mesmo quando existem identidades bem estabelecidas e formas de organização correspondentes (como entre os indígenas, os quilombolas ou os assentados dentro de um lote) há nítidas vantagens em um projeto que trabalha com vários tipos simultaneamente. Embora com características distintas, os vários tipos se encontram frequentemente em condições semelhantes que permitem que as experiências de uns inspirem as dos outros.

Em outras palavras, a dinâmica organizativa básica do público alvo não é por tipo de produtor e usar este formato para definir o público de um lote em uma chamada pode criar alguma dificuldade para quem trabalha com metodologias participativas e apoiado nas organizações dos agricultores.

Em nossa opinião, expressa nos debates do GTO, as chamadas não deveriam ser temáticas. Todas deveriam ser de promoção da agroecologia e, por consequência, de sustentabilidade. O objeto da ação de ATER deveria ser definido não por um tema ou por um público especial, mas para o público total de um território, mesmo se inicialmente não seja viável incluir todos na chamada.

Na verdade, um projeto de ATER deveria ser concebido com esta visão estratégica de chegar ao conjunto do público de um território, entendendo que isto se dá por etapas e não por

marcha forçada pelas exigências dos financiadores. Com efeito, não se pode partir do princípio que todos os agricultores, de todos os tipos possíveis, estarão interessados a priori na agroecologia e as etapas a serem adotadas devem ter por objetivo ganhar a adesão cada vez mais ampla do público alvo no território. A AS-PTA começou na Borborema com um projeto dirigido para dois municípios e umas 6 comunidades no total e mesmo dentro de cada uma destas comunidades nem todos os vizinhos se interessaram no começo pela proposta. Com o tempo e os bons resultados dos primeiros participantes o projeto foi se expandindo entre as comunidades destes municípios e depois para outros municípios até que atingiu o que hoje se chama o território da Borborema. As chamadas do DATER pulam todas as etapas preliminares deste processo e propõe ações diretas com subgrupos ou tipos diferenciados de agricultores e em números elevados que pressupõe uma ampla adesão à agroecologia.

Outro problema apontado por nós no GTO foi **o foco exclusivo nas produções utilizando insumos químicos e não no conjunto do sistema produtivo dos agricultores**. Com efeito, mesmo na região de predomínio do agronegócio, no sul do Brasil, muitos agricultores ainda utilizam sistemas diversificados de produção; os “modernizados” para o mercado e os “tradicionais”, ou não modernizados, para o consumo da família. A prática das ONGs de ATER sempre foi de trabalhar o conjunto dos subsistemas produtivos de forma a garantir ganhos para o conjunto da propriedade e não para um subsistema apenas. Em muitos casos, a estratégia de

introdução da agroecologia nestes sistemas produtivos começa pelo subsistema voltado para o consumo da família, em geral sob responsabilidade das mulheres. Os avanços neste subsistema podem inspirar a adesão do conjunto da família aos princípios da agroecologia. Trabalhar apenas um subsistema produtivo nunca foi parte da estratégia das entidades de ATER da sociedade civil e representa uma forte limitação do escopo desta ou de outras chamadas temáticas.

Minhas objeções não encontraram eco no GTO de modo que nos debruçamos na formatação de uma chamada que evitasse os principais problemas encontrados nas anteriores. Vacilei muito em seguir estas discussões por achar que a chamada tinha um formato viciado desde a definição do público, do desenho do lote e do objeto, mas decidi por tentar tratar os problemas aos poucos. Talvez tenha sido um erro e tivesse sido melhor radicalizar as contradições já naquele momento.

Não conseguimos mexer muito nas definições do DATER para esta chamada. A natureza do público e o objeto da chamada ficaram como estavam. Melhoramos o desenho e o tamanho de alguns dos lotes, mas não como queríamos. A maior conquista talvez tenha sido o **início da flexibilização das atividades de ATER a serem desenvolvidas**, dando mais opções para as entidades executoras embora as atividades obrigatórias ainda tenham sido muitas e, a meu ver, desnecessárias.

As atividades obrigatórias eram todas de caráter individual e fortemente consumidoras do tempo dos técnicos. A primeira

delas era a identificação dos participantes. Como a forma de pagamento dos projetos era (e é ainda) verificada pelo “atesto” assinado pelos agricultores era preciso definir antes de começar qualquer atividade quem eram os agricultores dispostos a entrar no projeto, anotando a DAP de cada um e seu endereço. Isto exigia uma visita a cada agricultor identificado no censo do IBGE para interessa-lo na ideia.

Para as entidades da sociedade civil em muitas regiões este público de adeptos do agronegócio não fazia parte da sua estratégia de trabalho, que se concentrava nos produtores de tipo tradicional. Mais difícil isto se tornava pelo fato de não haver exemplos acessíveis de transições do agronegócio para a agroecologia para usar como demonstração neste esforço de convencimento. Os problemas se acumulavam ainda pelo fato de que, em muitas regiões, este tipo de público não participar das formas organizativas da agricultura familiar, tornando a relação com estas entidades não só inútil para a entidade de ATER como até contraproducente.

Outra atividade obrigatória imposta pelo DATER foi a aplicação de um **questionário** para cada agricultor participante. **O objetivo expresso desta atividade era a definição de um “marco zero” do projeto que pudesse servir de referência para avaliações futuras.** No entanto, o questionário definido pelo DATER envolvia muito mais do que o objeto da chamada, isto é, a substituição de insumos convencionais por insumos orgânicos. O questionário promovia um inventário das condições econômicas e sociais extremamente amplo, além de identificar o envolvimento dos agricultores em diferentes

formas de organização, suas fontes de informação, etc. Não havia justificativa para este levantamento amplo cujo uso no desenrolar do projeto era incerto ou improvável.

Se o objetivo do levantamento era montar um marco de referência para avaliação futura o foco deveria estar centrado no objeto da chamada, a substituição de insumos. Identificar os sistemas produtivos e o uso destes insumos em quantidade e qualidade faria sentido. Isto permitiria em três anos verificar o quanto de insumos foi substituído. Identificar a renda dos agricultores oriunda das produções empregando os insumos químicos e os incrementos (ou regressões) seria uma forma de verificar se as novas práticas estavam tendo os resultados esperados. Igualmente, identificar os rendimentos das culturas “modernizadas” permitiria checar se a substituição de insumos trouxe incrementos ou não.

Estes dois últimos indicadores, no entanto, têm que ser olhados com cuidado, pois eventualmente a substituição de insumos pode provocar perdas de rendimento nas etapas iniciais do processo, mas estas perdas têm que ser cotejadas com os eventuais ganhos na diminuição dos custos de produção e/ou ganhos de preço pela melhoria da qualidade do produto.

Por outro lado, qualquer avaliação de performance técnica tem que ser feita levando-se em conta as condições climáticas e, em caso de ocorrência de fatores adversos, tem que ser feita uma avaliação comparativa com os agricultores que não adotaram as práticas propostas. Para dar um exemplo: a ação da AS-PTA em Santa Catarina levou agricultores a adotarem

sementes crioulas de milho, junto com outras práticas agroecológicas. Em um ano de seca severa estes agricultores tiveram uma perda de rendimento da ordem de 25% em média. No entanto, o conjunto dos agricultores convencionais da mesma região tiveram perdas da ordem de 50 a 75% de suas safras. Em outros casos na região centro sul do Paraná várias famílias de agricultores mudaram a sua estratégia produtiva para reforçar a produção dirigida ao consumo com uma redução dos subsistemas voltados para o mercado com um ganho econômico para o conjunto do sistema pela redução das compras de alimentos.

Há ainda ganhos indiretos a serem considerados na transição para a agroecologia, tais como a melhoria da nutrição da família e a melhoria das condições de saúde pelo abandono do uso de agrotóxicos.

Estes elementos citados acima não foram considerados no levantamento inicial de informações do questionário obrigatório.

A meu ver o questionário não estava corretamente centrado no objeto da chamada e provocou um enorme tempo perdido em coletar dados que não tiveram e não tem nenhum uso concreto para a execução e avaliação do projeto.

Talvez o melhor exemplo do desvio conceitual contido na formulação da chamada foi a exigência de a proposta dos projetos **identificar as práticas que seriam substituídas em cada etapa do projeto ao longo dos três anos.** Esta exigência implica que se possa definir a priori o ritmo do processo de transição e quais os seus caminhos. A experiência das ONGs

de ATER agroecológica mostra que os caminhos e ritmos da transição são extremamente variáveis segundo a situação de cada produtor e dependem das condições ambientais vigentes durante o processo. Três anos de seca ou de excesso de chuvas durante a execução de um projeto podem produzir atrasos significativos nos processos de transição. Esta exigência de definição das mudanças ano a ano foi abandonada após debates no GTO, mas ela evidencia a matriz conceitual que orientou a formulação da chamada.

A questão do tempo de execução dos projetos foi amplamente debatida no GTO. Posicionei-me contra o prazo de três anos por considerar que ele vai contra qualquer estratégia de promoção da agroecologia (mesmo na sua forma mais simples de substituição de insumos). A prática das entidades de ATER agroecológica mostra que os processos de transição podem ser mais ou menos longos segundo as múltiplas condições iniciais de cada produtor e das condições ambientais ou até de mercado, além das influências de outras políticas que vão em sentido contrário a este fim (crédito, seguro, etc.). Se tomados individualmente estes processos possam variar eles dificilmente se dão em três anos e, mais ainda, quando considerados no escopo de um amplo conjunto de produtores. Ficou acertado com o DATER que estes projetos poderiam ser renovados por mais duas vezes, mas o problema continuou pelo fato de que o planejamento dos projetos estar circunscrito aos três anos e não como parte de um processo mais amplo de 9 anos (ou 12, como queríamos).

Toda a concepção das chamadas vai de encontro com a concepção de ATER como um processo de formação

continuada e permanente, ideia contida na PNATER e na lei de ATER.

Como foram poucas as entidades ligadas à ANA que apresentaram projetos nesta chamada eu não tenho ideia de como estes projetos foram executados e quais os seus resultados. Está mais do que na hora de se fazer uma avaliação aprofundada dos resultados desta e de outras chamadas para tirarmos as lições para o futuro.

7.2.2- A chamada de agroecologia:

Quando o GTO começou a formulação da chamada de agroecologia eu escrevi um texto tentando definir o que eu entendia por agroecologia e o que era, para mim, uma extensão rural agroecológica. Farei um resumo do texto neste momento, pois é fundamental termos claro do que estamos falando. O debate no GTO mostrou que tínhamos várias diferenças tanto entre os técnicos do governo como entre os representantes da ATER não governamental.

O que é agroecologia?

A agroecologia não é um sistema de produção, mas a ciência que orienta os sistemas produtivos sustentáveis. A agroecologia aplica os princípios da ecologia ao manejo dos recursos naturais: solo, água, biodiversidade e agrobiodiversidade. Em termos concretos a agroecologia busca a maior produção possível com um mínimo de perturbação (ou artificialização) do meio ambiente. Os sistemas agroecológicos procuram imitar (ou mimetizar) os sistemas naturais (alguns estudiosos chamam estes sistemas de analógicos) ou invés de transformá-los radicalmente como

nos sistemas produtivos convencionais.

É preciso ter claro que **toda agricultura significa uma artificialização, maior ou menor, do meio ambiente.** O significado da agricultura não é outro do que o manejo de recursos naturais renováveis ou não renováveis, com o objetivo de favorecer o nascimento e crescimento de uma ou múltiplas espécies selecionadas em uma determinada área em função dos interesses do agricultor. Em um sistema convencional agricultura significa, sobretudo, o uso de recursos naturais não renováveis (petróleo, gás, fosfato, potássio) aplicados em combinação com recursos renováveis como sementes (cada vez mais manipuladas em laboratórios, mas ainda originadas de um pool genético natural), solo e água. Um sistema convencional procura dominar os fatores naturais, idealmente transformando o solo em um suporte inerte para as raízes das espécies plantadas; eliminando a vegetação espontânea pelo uso de herbicidas e pragas, fungos ou doenças com o uso de biocidas e cultivando uma só espécie em largas áreas de monocultura.

Ao procurar a mínima alteração dos sistemas naturais onde é realizada a agricultura a agroecologia se curva às características destes sistemas. O que caracteriza um sistema natural é a sua maior ou menor diversidade, função das diferenças encontradas nos solos, no relevo, no tipo de cobertura vegetal, etc. Sistemas naturais podem ser extremamente diversificados em termos de espécies encontradas, tanto em número como na sua distribuição em uma determinada área. No bioma Mata Atlântica, por exemplo,

é possível encontrar mais de 200 espécies arbóreas por hectare, sendo que estas espécies se distribuem irregularmente no espaço com presença maior ou menor de cada uma dependendo tanto do clima, dos solos e do relevo como do estágio de evolução da própria mata. Embora haja uma dominância de certas espécies, a distribuição espacial e a própria incidência de cada espécie muda mais ou menos de um hectare para outro e com as etapas da sucessão vegetal. Estamos falando de diversidade de espécies arbóreas, mas em qualquer bioma há outras espécies com maior ou menor presença, herbáceas, arbustivas, trepadeiras, líquens, etc.

Tomando um exemplo no outro extremo, o bioma da pradaria do meio oeste americano praticamente não tem espécies arbóreas e poucas arbustivas, mas tem alta diversidade de espécies herbáceas. Igualmente, as imensas florestas temperadas do norte do continente americano são dominadas por um punhado de espécies arbóreas e são pobres em espécies arbustivas e herbáceas.

Se a agroecologia procura mimetizar os sistemas naturais e provocar um mínimo de alteração ou artificialização destes sistemas como é possível produzir em biomas tropicais e subtropicais que tem altíssima diversidade de espécies e de solos? Existem múltiplos exemplos de sistemas produtivos agroecológicos que vão longe na busca deste mimetismo. Fukuoka desenvolveu no Japão o que chamou de agricultura natural e criou uma filosofia onde todas as plantas de utilidade para o agricultor são plantadas literalmente dentro da mata com cuidadosa escolha de onde colocar cada

espécie. O sábio japonês identificou nichos ambientais dentro da mata mais adaptados para cada espécie das muitas que cultiva, mas é claro que para cada nicho é necessário um pequeno manejo do ambiente. Este sistema permite produzir uma quantidade considerável de produtos em áreas limitadas, sem uso de insumos orgânicos ou não e com baixa intensidade do uso de mão de obra (restrita quase que apenas ao plantio e colheita). Aqui no Brasil Ernst Goetsch montou um sistema semelhante, mas onde há uma maior ênfase na introdução de espécies arbóreas (frutas, madeiras, cacau, outras) para fins comerciais juntamente com espécies para consumo familiar, espalhadas em nichos ambientais na mata.

O inconveniente destes sistemas é que eles demandam um enorme conhecimento da dinâmica destes sistemas naturais e da adaptabilidade de cada espécie cultivada a cada nicho ambiental. Ernst conseguiu manejar cerca de 100 ha de cultivos na Mata Atlântica do sul da Bahia, empregando um assalariado para cada 10 hectares. No entanto, estes assalariados faziam o manejo das espécies arbóreas e da mata e não plantavam outras espécies para consumo. A parte para consumo familiar era objeto da intervenção do próprio Ernst e de sua família e a produção era suficiente para suas necessidades (Ernst comprava apenas trigo, açúcar e sal e outros produtos de menor importância e não essenciais). Fukuoka, ao contrário, não procurou produzir mais do que espécies para consumo familiar, também com amplo sucesso, mas em áreas muito menores. Como os gênios como Ernst e Fukuoka não são um padrão entre os agricultores este nível de diversificação é de difícil reprodução.

Além das dificuldades de se dominar o conhecimento necessário para criar sistemas com este grau de mimetismo com a natureza o fato é que estes sistemas produzem poucos excedentes nos produtos considerados essenciais para o consumo humano e não podem, portanto, serem tomados como modelo para o conjunto dos sistemas produtivos desejáveis. Em outras palavras, para garantirmos uma produção suficiente para a nutrição adequada de todos é **preciso trabalhar com modelos de agroecossistemas menos complexos** e admitir uma produtividade menor do que a ideal em sistemas de altíssima complexidade e diversidade e que incorporam as espécies não alvo (“adventícias”) de forma extensa.

O grau de complexidade de sistemas agroecológicos está vinculado à diversidade de espécies cultivadas e não cultivadas integradas no espaço (associações) e no tempo (sucessões). É bastante comum tanto em cultivos agroecológicos tradicionais como agroecológicos modernos encontrarmos associações de espécies cultivadas com maior ou menor número de plantas diferentes, mas é **bastante mais raro encontrarmos exemplos que incorporem também as plantas espontâneas na lógica do sistema**. As plantas espontâneas são ainda vistas, em geral, como essencialmente competidoras das espécies cultivadas e objeto de supressão, tanto quanto possível. No entanto, estas plantas podem ter, se corretamente manejadas, um papel importante no equilíbrio do sistema e beneficiar a produtividade das espécies cultivadas. De toda forma, com maior ou menor complexidade e diversidade **os sistemas agroecológicos tendem a ser mais**

produtivos quanto maior for esta complexidade e diversidade.

Este ideal tem que ser buscado, entretanto, levando-se também em conta outros fatores, além da já citada exigência de conhecimento. A quantidade de **mão de obra** disponível coloca óbvias limitações para sistemas complexos e sempre haverá uma **“negociação” entre a escala da operação e o nível de diversidade do modelo**. Um sistema complexo com a alta diversidade de plantas cultivadas e espontâneas cobra um manejo exigente em cuidados e em conhecimentos e dificulta ou impede o uso de maquinário que aumentaria a produtividade do trabalho. Outro fator limitante é a **capacidade do agricultor de gerir o emprego da mão de obra disponível (sua e de outros) ao longo de uma safra**.

Finalmente, as **exigências do mercado** colocam limites para o nível de diversidade empregado no sistema. É claro que a produção para consumo da família pode ter altíssima diversidade e isto é desejável para melhorar a nutrição, mas as quantidades envolvidas não são significativas no conjunto do sistema a não em situações com muito pequena disponibilidade de terra e onde a produção para o mercado pode ser irrelevante. Esta situação, é claro, não é desejável, **pois todo agricultor necessita de uma relação com o mercado a não ser que disponha de outra fonte de renda não agrícola**. Um agricultor com vinculação com o mercado se verá diante de um condicionante externo ao seu sistema, a demanda do mercado e os custos de comercialização. Mesmo quando é possível criar um sistema complexo com vários produtos para consumo próprio (em pequena escala) e vários outros dirigidos

ao mercado (em maior escala) a demanda deste último pode tornar alguns desses produtos inviáveis. Por outro lado, a oferta de muitos produtos para o mercado necessariamente fará com que as quantidades de cada um sejam menores. Levar pequenas quantidades de vários produtos ao mercado encarece a operação, mesmo que se consiga que estas pequenas produções sejam reunidas por vários vizinhos em quantidades mais significativas. Neste último caso há um ganho de escala no transporte e na relação com os atacadistas, mas é preciso lembrar que há uma operação a mais que é a reunião dos produtos dispersa entre os vizinhos e esta operação tem custos, nem que sejam de tempo dos produtores.

As entidades de ATER agroecológicas tem buscado driblar estas limitações favorecendo a multiplicação e dinamização de **feiras**. Estas operações de comercialização têm funcionado melhor para produtos in natura como hortigranjeiros e quando estas feiras são muito próximas aos produtores, comunitárias, distritais ou municipais (dependendo da extensão dos municípios). **Mas esta não é uma solução que resolva as questões mais amplas do acesso a mercados mais distantes e mais importantes.**

Nos anos 80 uma pesquisa da National Academy of Sciences dos Estados Unidos comparou os custos de produção e de comercialização dos produtos orgânicos em todo aquele país. A pesquisa constatou que quase todos os produtos orgânicos em quase todo o país tinham produtividades comparáveis ou superiores aos produtos convencionais e custos de produção mais baixos. No entanto, os custos da comercialização eram

quase sempre superiores para os produtos orgânicos. Isto foi atribuído, em parte, pela dispersão geográfica dos produtores orgânicos e pelas pequenas quantidades ofertadas por cada um. Em lugares com maior densidade de produtores orgânicos havia uma diminuição destes custos de comercialização pelo esforço de concentração localizada da oferta via cooperativas e associações. No entanto, mesmo nestes casos de maior densidade, o custo de comercialização era, com exceção dos produtos hortigranjeiros, mais elevado em comparação com as produções convencionais em maior escala. O diferencial de preços dos orgânicos no mercado tinha mais a ver com estes custos de comercialização e a pesquisa achava que este diferencial podia cair de 30% em média para 15 a 20% com o aumento da oferta de orgânicos e, sobretudo, pela maior densidade dos produtores.

É claro que há vários outros fatores econômicos que distorcem estas comparações em favor dos produtos convencionais, mas a questão da escala da oferta será sempre um problema.

Todas estas considerações se dirigem a relativizar a busca pela otimização ecológica do uso da variedade ambiental de cada agroecossistema e aceitar as várias negociações com os fatores restritivos, internos e externos aos sistemas produtivos.

Até onde levar esta relativização? Podemos considerar como agroecológicos sistemas de produção orgânica em grande escala? A usina São Francisco, em São Paulo, que tem cultivos orgânicos de cana de açúcar da ordem de 10 mil hectares pode ser classificada como agroecológica? A resposta

automática do “campo” agroecológico, dentro e fora da ANA, seria um não enfático. A razão desta negativa, entretanto, tem mais a ver com uma definição ideológica da agroecologia que uma definição técnica. Pessoalmente nunca achei que a agroecologia podia se definir como um sistema socialmente definido, ou seja, exclusivo de agricultores familiares ou, se preferirem, de camponeses. Por outro lado, sempre achei que a produção agroecológica em grande escala era inviável pela contradição entre a busca da máxima diversidade produtiva e ambiental em cada propriedade e a possibilidade de se alcançar esta diversidade em sistemas produtivos de larga escala. Seria impossível mecanizar sistemas diversificados e, portanto, a produção em larga escala teria que empregar um enorme volume de mão de obra assalariada. Encontrar esta mão de obra, mesmo sem uma preocupação com a sua qualidade, já seria difícil em muitas regiões do Brasil. Mais difícil ainda seria encontrar uma mão de obra assalariada qualificada para as cuidadosas práticas da agroecologia em sistemas complexos. Mesmo pagando bem estes assalariados e formando-os para estas práticas exigentes haveria um problema que se chama motivação. Com efeito, um agricultor familiar trabalha para si e tem todas as motivações para buscar uma máxima produção nos limites da sua capacidade de trabalho e de gestão do tempo e do espaço. Um assalariado não tem a mesma motivação, pois recebe o mesmo salário independentemente do maior ou menor cuidado e complexidade da sua atividade. Algumas experiências que visitei, na Europa, nos EUA e mesmo aqui no Brasil buscaram superar este limitante oferecendo participação nos lucros como fator motivador. Isto teve resultados

interessantes, mas devo reconhecer que os sistemas em questão não eram tão complexos como poderiam ser se manejados em menores escalas por agricultores familiares.

A partir do exposto ficamos com um problema conceitual e prático a resolver: **a partir de que nível de simplificação um sistema deixa de ser agroecológico para ser apenas orgânico?** Ou, inversamente, **qual o grau de complexidade e diversidade que permite caracterizar um sistema como agroecológico?** Na prática esta definição nunca foi feita e a tendência é admitir simplificações quando elas são feitas por agricultores familiares, mas não as admitir quando são feitas em empreendimentos capitalistas.

Não é minha pretensão resolver este paradoxo neste trabalho, mas ele fica como alerta para os extensionistas agroecológicos sobre as múltiplas “negociações” (“trade offs” em inglês) que têm que enfrentar ao assessorar os agricultores familiares com quem trabalham.

Características de uma ATER agroecológica:

Pela definição e discussões acima sobre agroecologia ficamos com um elemento definidor: um sistema agroecológico busca uma ótima (não necessariamente máxima) diversidade no uso dos espaços produtivos e não produtivos e no número de produtos manejados, cultivados ou não.

Como já amplamente enfatizado esta otimização produz agroecossistemas com maior ou menor grau de complexidade dependendo dos múltiplos fatores limitantes já discutidos. Por outro lado, um agricultor pode estruturar sua propriedade com vários subsistemas que podem ou não ser articulados entre

si, ampliando ou simplificando a complexidade do sistema no seu conjunto.

Se cada sistema e/ou subsistema tem uma ótima complexidade e diversidade, é preciso lembrar que cada propriedade e cada agricultor ou família agricultora é distinta das outras.

É claro que em molduras ambientais ou micro ecossistemas mais simples as diferenças entre cada propriedade serão menores e as semelhanças maiores. Uma moldura ambiental inserida no ecossistema da Mata Atlântica, por exemplo, é muito mais diversa e complexa do que uma inserida no ecossistema dos Pampas. A diversidade das condições de uma propriedade para suas vizinhas será, portanto, menor neste último caso. Mas as diferenças entre os produtores e suas famílias podem produzir grandes diferenças entre propriedades vizinhas, pois as escolhas produtivas podem ser inteiramente distintas.

Tudo isto é para enfatizar a necessidade de se trabalhar com toda esta diversidade de situações e de escolhas. **Não é possível, em uma ATER que busca a promoção de um desenvolvimento agroecológico, oferecer “pacotes tecnológicos” utilizáveis por todos os agricultores, mesmo em conjuntos próximos e, aparentemente, semelhantes.** É claro que agricultores empregando agroecossistemas distintos podem ter problemas de natureza semelhante e os mesmos podem ser trabalhados em comum, mas mesmo nestes casos será preciso **calibrar as soluções genéricas para cada caso específico.**

Todas estas características apontam para uma ATER personalizada em que o técnico busca assessorar cada agricultor individualmente já que cada um tem problemas e condições diferentes e que, portanto, as soluções também o serão. Isto implicaria em uma ATER altamente exigente na sua relação agricultor/técnico. A ATER convencional consagrada pela fórmula adotada pelo Banco Mundial em seus projetos de desenvolvimento, conhecida como Treinamento e Visita implica na difusão de tecnologias “universais”, modelos produtivos a serem adotados com pouca ou nenhuma variação por todos os agricultores de uma área considerada comum. Nestes casos os técnicos escolhem o que o mercado regional ou mais amplo demanda e se organizam treinamentos em série sobre as sementes a serem empregadas, as técnicas de plantio, as necessidades e formas de fertilização química, os tratamentos culturais a serem seguidos e quais agrotóxicos aplicar e como fazê-lo. Após cada treinamento os técnicos fazem uma ronda de visitas a cada agricultor para ajudar na aplicação dos conhecimentos ministrados. Este é o sistema aplicado, por exemplo, pelas empresas de fumo. **Em uma ATER agroecológica o treinamento de uma técnica genérica não faz sentido, salvo excepcionalmente. A “solução” metodológica seria então uma assistência técnica caso a caso?**

A experiência de ATER de uma ONG chilena, pioneira em agroecologia na América Latina.

Para ilustrar os problemas desta opção vou contar o meu primeiro contato com uma ATER de tipo agroecológico,

ocorrido em 1985, nos primórdios do projeto da AS-PTA. Fui ao Chile neste ano para visitar a experiência da ONG Centro de Educação em Tecnologia (CET) que surgia no mundo das ONGs como sendo altamente avançada.

O CET tinha um projeto perto de Santiago com duas categorias de agricultores: minifundistas com meio hectare de terras disponíveis e pequenos proprietários com cinco a dez hectares. Para os primeiros o CET formulou um modelo produtivo dirigido para o autoconsumo que ele testou em uma área experimental controlada pelos técnicos. A “½ ha” autossuficiente combinava um módulo de horta intensiva familiar, uma vaca criada estabulada, galinhas e porcos também criados presos e um campo dividido entre produções de cereais, de leguminosas e de forragem.

Este modelo era levado aos minifundistas da região em bloco através de cursos no centro experimental seguidos de visitas técnicas de apoio. Como se vê, embora o sistema difundido fosse de caráter agroecológico a concepção da ATER era bem convencional. Para mim o principal problema com esta proposta era a uniformidade do modelo a ser aplicado de modo generalizado. Pelo que pude ver nos casos de minifundistas que me levaram a visitar o esquema funcionava razoavelmente, mas nunca soube quantos foram assistidos neste processo e quantos deram certo. O que sim ficou claro é que este método era forte demandador de tempo técnico junto aos agricultores.

A proposta para os agricultores chamados pequenos (5 a 10 ha) era mais diversificada. Cada agricultor ou cada

propriedade era passada por um crivo de sucessivas análises ambientais, agronômicas, econômicas e sociais que geravam mapas que se superpunham para definir as interações entre estes fatores. Esta complexa metodologia, totalmente sob o controle e iniciativa dos técnicos, produzia uma proposta de reformulação do sistema produtivo de cada agricultor. Nos casos que pude visitar estes novos sistemas transformavam totalmente o uso do espaço pelo agricultor, inclusive modificando a localização da residência, currais, caminhos, etc.

Pude constatar que os novos sistemas produtivos eram, muitas vezes, bastante estranhos ao conhecimento dos agricultores quer pelas técnicas empregadas quer por algumas das espécies adotadas. Não me pareceu que o conhecimento dos agricultores tivesse qualquer papel na metodologia adotada e eles se submetiam ao projeto de forma bastante passiva.

A metodologia do CET, por um lado, levava corretamente em conta a diversidade de fatores que diferenciam cada propriedade das outras e gerava propostas específicas para cada caso. Por outro lado, esta metodologia cobrava um alto investimento em tempo dos técnicos, de conhecimento agrônomo, ecológico e econômico e de recursos financeiros para reestruturar a propriedade segundo a nova racionalidade. O CET propiciava todos estes recursos com uma equipe multidisciplinar e com doações de dinheiro para os investimentos. Perguntei a alguns produtores que conheci quantas vezes eles tinham sido visitados por técnicos do CET desde o início dos projetos (em geral eles tinham entre 3 e

5 anos de existência) e o número era tão alto que eles não eram capazes de calcular. Como forma de me dar uma ideia da intensidade desta assessoria me foi dito que rara era a semana em que não receberam visitas de pelo menos um técnico.

O resultado agrônomo e econômico desta metodologia pareceu-me positivo e os agricultores decididamente estavam entusiasmados com o trabalho do CET. O problema para mim é que o alcance deste trabalho era muito restrito, pouco mais de uma dúzia de agricultores. Além de serem poucos, os **custos desta assistência técnica eram astronômicos tanto pela intensidade do emprego de tempo de técnicos de alto gabarito profissional como pelos gastos de investimento que implicavam**, como foi dito, derrubar e construir casas e **outras** infraestruturas, trocar cercas de lugar e abrir novos caminhos e fechar outros.

Discuti muito com o CET sobre estas limitações e eles me deram duas justificativas: (1) não podiam usar métodos participativos devido ao regime político vigente (a ditadura de Pinochet); (2) a diversidade das condições das propriedades exigia a formulação de novos modelos caso a caso. Frente à objeção de que esta fórmula nunca permitiria que se chegasse ao conjunto dos agricultores chilenos deparei-me com a perplexidade dos meus interlocutores e me dei conta de que esta preocupação de universalizar a proposta era mais minha e dos meus parceiros na AS-PTA.

Voltei do Chile sem uma resposta para minhas perguntas metodológicas, mas sabendo que a assessoria técnica caso a

caso não era uma possibilidade que eu aceitasse.

Uma abordagem participativa para o desenvolvimento agroecológico:

Quebramos a cabeça na AS-PTA por alguns anos buscando uma **abordagem de promoção do desenvolvimento que resolvesse a contradição entre a exigência de se formular respostas individualizadas para cada caso (soluções chamadas, em inglês, de “site specific”) e o alto custo da assessoria técnica individual.**

Começamos por tentar identificar propostas técnicas que fossem “universais”, ou seja, que fossem aplicáveis a todos os casos ou pelo menos para muitos casos no nosso público de agricultores familiares.

Mas quem eram estes agricultores e como chegamos a eles? A AS-PTA buscou, desde o começo de sua atuação, as organizações dos agricultores como intermediárias e parceiras dos nossos projetos de ATER. Quais organizações? Como iniciador do projeto a minha escolha foi buscar organizações de agricultores que tivessem algum tipo de vínculo com a esquerda política. Afinal, eu vinha de 12 anos de clandestinidade, prisão e exílio pela minha militância política na União Nacional dos Estudantes e os meus contatos com o mundo rural passavam pelas minhas relações com gente de ONGs de educação popular ou dos movimentos sociais da igreja católica que também eram de esquerda. Sendo assim, nossos primeiros contatos foram com sindicatos ou oposições sindicais rurais ou com as bases das CEBs ou da CPT.

Apesar de nossos contatos iniciais terem sido vinculados ao

universo político da esquerda nunca foi a nossa proposta limitar o trabalho a este público nem que a proposta em si tivesse um conteúdo revolucionário no sentido clássico da palavra. Afinal de contas, estávamos propondo um modelo de produção baseado na pequena propriedade familiar camponesa enquanto a esquerda afirmava, mais ou menos abertamente, a necessidade de um modelo produtivo coletivista e, mais ainda, usando a mesma base técnica do agronegócio. Em um mundo socialista “ideal” teríamos a réplica cabocla dos kolkoses e sovkses soviéticos ou cubanos utilizando insumos químicos e maquinaria produzidos em fábricas estatais. Esta era claramente a visão inicial do MST enquanto as outras entidades dos agricultores familiares, Fetraf-Sul e CONTAG eram bem mais ambíguas, propondo o mesmo modelo produtivo, mas com propriedades individuais organizadas em cooperativas mais do tipo socialdemocrata europeu. A nossa proposta ficava à margem do ideário das grandes organizações dos movimentos sociais do campo, mas encontrou receptividade junto aos sindicatos de base e associações comunitárias que **nos viam como uma alternativa concreta para o imediato de suas necessidades de melhorar a produção com menos custos e menos riscos.**

A ausência de políticas públicas de promoção do desenvolvimento que chegassem a este público criou um vácuo onde pudemos iniciar um processo demonstrativo que, mais adiante, se consolidou com uma visão mais elaborada de um modelo produtivo centrado na agricultura familiar e fugindo da dependência dos insumos industriais. As questões ambientais não faziam parte das nossas preocupações iniciais assim como o conceito de sustentabilidade, mas vieram logo

a serem integradas no nosso ideário.

O problema colocado pela nossa “porta de entrada” no mundo rural através das organizações identificadas com um discurso de esquerda foi a dificuldade de abri-la para um público mais amplo que não compartilhava desta ideologia. O fato de que os técnicos que se interessavam pela proposta serem também militantes de partidos de esquerda levou a um desvio, constatado com o tempo, de não se fazerem esforços para levar a proposta para os “outros”, ou seja, a grande massa de agricultores com uma ideologia mais conservadora na política. A rigor, a proposta do modelo agroecológico não exige um pressuposto ideológico de esquerda, pelo menos nos termos em que o debate se colocava nos anos oitenta e noventa. O nosso discurso sobre uma agricultura alternativa (tal como era chamada a agroecologia nestes tempos antigos) chegava mais facilmente aos agricultores excluídos dos processos de modernização da agricultura nos moldes da revolução verde ou aos que já tinham tentado esta via e se encontravam com problemas para financiar o uso de insumos químicos e de sementes compradas de empresas. Este último caso ocorria, sobretudo, na região sul e em parte do Sudeste e o primeiro no resto do país.

Como identificamos as propostas técnicas pretensamente “universais”? Foi correta a nossa ideia inicial de centrarmos as propostas técnicas no **manejo dos solos**, tanto do ponto de vista da fertilidade como do ponto de vista da conservação dos mesmos. Montamos cursos de formação para agricultores “sensibilizados” por discussões entre técnicos e agricultores

reunidos pelas organizações que se interessaram em assumir uma parceria conosco. Nestes cursos ministramos conhecimentos sobre o uso de composto, cobertura morta e curvas de nível, estas últimas tanto para evitar a erosão como para conservar a umidade dos solos. Já foi discutido antes neste texto como estas propostas se revelaram genéricas demais para a diversidade das situações encontradas. Uma avaliação realizada no projeto que mais as difundiu, no Espírito Santo, mostrou que nenhum dos participantes empregou as três propostas, alguns empregaram duas e um grupo um pouco maior empregou uma delas. A ampla maioria não aplicou qualquer das propostas. Esta experiência ficou conhecida, ironicamente, como a “síndrome do CCC” e forçou, pelo seu fracasso, a busca de outra abordagem.

O CCC não foi aplicado em todos os lugares em que atuávamos neste começo do projeto (14 equipes em 9 Estados) mas as alternativas técnicas e metodológicas seguiam a mesma lógica de buscar ofertar técnicas de uso generalizável. Em alguns lugares introduzimos adubos verdes, em outros as caldas para controle de pragas e em outros os biofertilizantes. Esta última opção foi a que esteve mais próxima de responder ao critério de universalidade, sobretudo na região sul com a experiência do Centro Ecológico em Ipê, na serra gaúcha, imitada por várias outras equipes do sul. No conjunto estes esforços tiveram resultados bastante magros para o que pretendíamos.

A valorização **das sementes crioulas** foi iniciada na Rede PTA pelo ensaio do milho crioulo promovido por um técnico da Embrapa, Altair Machado. Pela própria natureza destes

ensaios de caráter participativo esta experiência fugiu metodologicamente ao modelo anterior e abriu as portas para uma nova concepção da promoção da agroecologia.

A mudança metodológica radical foi iniciada pela AS-PTA no final dos anos 80 com duas medidas cruciais do ponto de vista conceitual:

- (1) **Cessar as atividades de ATER dirigidas a públicos muito amplos e altamente diversificados** (em vários Estados Bahia, Ceará, Maranhão, Espírito Santo a área de atuação das equipes era o Estado como um todo, em outros eram grandes regiões como, por exemplo, o Norte ou a Zona da Mata de Minas Gerais, a Zona da Mata de Pernambuco, o sudoeste do Paraná). A exceção a esta regra eram os projetos das equipes do Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri em Pernambuco e o Centro de Agricultura Alternativa do Ipê, no Rio Grande do Sul, cujo universo eram os municípios nomeados e o Centro Vianey de Educação Popular cujo raio de ação era o município de Lajes em Santa Catarina.

Iniciou-se um movimento para centrar as atividades em microrregiões ou “territórios”. **A definição de um território era altamente imprecisa**, variando de um município a uma microrregião com vários municípios, sem um critério claro para esta delimitação, mas já significou um avanço. A coerência também não se impôs mesmo onde a AS-PTA tinha o controle da decisão como nos vários projetos que a entidade iniciou em 1993. Montamos projetos de dimensões variadas: o Brejo da Paraíba, o Centro Sul do Paraná, o município de Piraí do Norte na Bahia e o

município de Mirandiba em Pernambuco. Felizmente, no processo de implantação dos dois primeiros projetos **adotou-se uma estratégia de começar por dois ou três municípios e por algumas comunidades piloto em cada um.**

(2) **Substituir a estratégia de oferta de tecnologias “universais” por uma abordagem que buscava definir qual a demanda de tecnologia do público alvo para depois buscar as propostas técnicas apropriadas para cada caso.** Metodologicamente, a identificação da demanda se fez através de diagnósticos que caracterizavam os diferentes tipos de agroecossistemas dentro do público alvo, precisando os problemas agrônômicos encontrados e priorizando quais os mais relevantes para dar partida aos processos de transição para a agroecologia.

Esta mudança de abordagem provocou uma questão metodológica que, a meu ver, revolucionou a agroecologia no Brasil. Identificados **os principais problemas era necessário definir como buscar as respostas mais adequadas.** O conhecimento técnico dos agentes de ATER era muito genérico e insuficiente e a AS-PTA recuperou um princípio que sempre esteve presente em seus anos de formação: **identificar o conhecimento tradicional e as inovações já introduzidas por alguns agricultores dentre os participantes dos projetos.**

O uso do conhecimento tradicional é recorrente em projetos de agroecologia em todo o mundo e não era uma novidade. O que a AS-PTA trouxe de novo foi, em primeiro lugar, a **relativização destas práticas tradicionais,** pois muitas vezes

elas já não respondiam às múltiplas modificações das condições de produção e de inserção nos mercados do público alvo. Em segundo lugar, a AS-PTA reconheceu que alguns agricultores já vinham buscando e muitas vezes aplicando novas práticas oriundas de suas próprias observações e experiências. **Esta inovação camponesa tornou-se uma fonte importante de conhecimentos, mas também de agricultores com espírito inovador e pesquisador que vieram a integrar a estratégia de produção de novos conhecimentos dos projetos.**

O levantamento de possíveis respostas aos problemas identificados nos diagnósticos, fossem elas originadas do conhecimento científico dos técnicos, do conhecimento tradicional dos agricultores ou das inovações de uma parcela do público permitiu ampliar em muito as escolhas técnicas no caminho da transição agroecológica, mas era preciso **acertar uma metodologia de escolha de quais deveriam ser empregadas.**

A AS-PTA rompeu com uma tradição dos projetos de agroecologia em outros lugares do mundo que era entregar aos agricultores mais “avançados” ou mais inovadores a tarefa de testar ou experimentar as diferentes propostas técnicas para depois leva-las, segundo os resultados obtidos, para o conjunto do público alvo. Esta separação entre “inovadores” e “seguidores” ou “replicadores” foi vista, nas formulações da AS-PTA, como artificial e pouco eficiente. A prática nos mostrou que, frequentemente, esta separação levava a uma forte diferenciação entre estes dois segmentos e uma baixa adesão dos “seguidores” às propostas testadas

pelos inovadores. Por outro lado, também se constatou que era muito raro o caso em que um agricultor adotou uma nova prática sem testa-la em suas condições concretas de produção. Se todos ou quase todos os agricultores fazem algum tipo de teste para adotar uma nova prática porque propor que os “mais avançados” testem primeiro? **Decidiu-se, portanto, a tratar todos os agricultores como inovadores ou experimentadores, cada um no seu nível.** É claro que o escopo e a capacidade experimentação entre estes agricultores era diferenciada, mas o fato de que se organizavam em grupos temáticos comuns permitiu a troca de informações com o conjunto permitindo um acúmulo maior de conhecimentos por todos.

A ideia de formar grupos de experimentadores incluindo todos os interessados permitiu outro efeito não intencional no começo deste processo. Com efeito, logo se viu que as propostas em experiência necessitavam de adaptações a cada situação específica de cada agricultor de maneira que o processo de trocas de conhecimento se refletiu não em uma técnica sendo aplicada de forma homogênea, mas em inúmeros ajustes e modificações que abriam um leque de referências para números muito mais amplos de agricultores.

Esta metodologia da AS-PTA foi batizada como a “produção coletiva de conhecimento agroecológico” e representa, a meu ver, a maior contribuição da entidade para uma nova abordagem da promoção do desenvolvimento. Com esta fórmula a AS-PTA conseguiu resolver a velha contradição entre a ultra especificidade dos sistemas produtivos da agricultura familiar em transição agroecológica e os limites financeiros

e técnicos dos processos de ATER centrados na difusão de tecnologia. Com esta abordagem a AS-PTA pode operar projetos na escala de territórios contendo até quinze municípios e até dez mil famílias agricultoras com um número de técnicos variando entre 4 e 8 segundo o caso e o momento.

Embora esta metodologia signifique um enorme avanço para a promoção da agroecologia tanto do ponto de vista dos custos da ATER como do ponto de vista da eficiência ela tem diferenças tão radicais em relação aos métodos mais convencionais que ela entrou em **choque direto com a concepção que informou a formulação das chamadas do DATER**. Na verdade, ela chocou-se não apenas com a concepção do DATER como, muitas vezes, com as concepções das entidades de ATER da sociedade civil participantes do GTO.

Os debates sobre a chamada de agroecologia no GTO

Todos os debates no GTO acabaram se dirigindo às **definições dos custos da ATER a serem contemplados nos projetos**. Na concepção do DATER o custo essencial da ATER eram o salário e os benefícios sociais dos técnicos e os custos de deslocamentos (carros, motos, gasolina, etc.). O número de técnicos também era calculado em função do tempo necessário para visitar cada agricultor assistido individualmente pelo menos três vezes por ano. Este tempo foi minuciosamente avaliado em três horas por visita com um tempo de deslocamento variável segundo a localização do projeto e o tamanho do lote. Na concepção da AS-PTA o custo mais importante eram as atividades coletivas dos

agricultores, incluindo deslocamentos e alimentação e a remuneração de organizadores sindicais ou comunitários e de agricultores com papel de formadores. O número de técnicos era muito menor do que o previsto na metodologia do DATER mas também no entendimento de todos os membros do GTO.

Não houve tempo para discutirmos a fundo as implicações dos diferentes métodos, mas era **evidente que estávamos tratando de abordagens muito distintas das quais decorriam custos muito diferentes.**

Estas diferenças metodológicas são o resultado de trajetórias distintas das várias entidades de ATER, governamentais ou não. Com efeito, ao longo da história da Rede PTA e posteriormente, da ANA, foi muito limitado o debate entre as entidades para tratar de suas abordagens e metodologias até a criação da Rede ATER Nordeste. Esta rede procurou fazer este intercâmbio de experiências metodológicas, mas não me parece que tenha havido uma adesão integral à abordagem da AS-PTA, até porque estas mudanças são complexas e as entidades tendem a manter a sua cultura institucional de forma bastante resiliente. Por outro lado, tenho claro que a abordagem da AS-PTA não pode ser aplicada rigidamente e adaptações às condições de cada caso são necessárias.

Por todas estas razões procurei no GTO garantir que a abordagem da AS-PTA fosse possível, mas sem impô-la para o conjunto das entidades de ATER. Sendo assim, a formulação da chamada de agroecologia procurou definir um máximo de flexibilidade para permitir que distintas metodologias

fossem aplicadas.

Entre outras coisas de menor importância a chamada de agroecologia **permitiu que se pagasse a agricultores** pelas suas atividades nos projetos de ATER como formadores ou como organizadores. **Não foi possível incluir nos projetos as entidades dos agricultores como parceiras formais e os pagamentos aos agricultores ficaram como uma relação direta com a entidade de ATER, quase um assalariamento.** Houve também uma certa rigidez na exigência da inclusão no projeto dos nomes dos agricultores a serem remunerados embora estas participações não serem totalmente previsíveis de antemão. Criou-se uma figura do agricultor facilitador com exigências de quantificação do seu tempo de trabalho o que vai contra a dinâmica dos processos de intercâmbios e de formação.

A chamada também passou a oferecer uma **gama bem variada de atividades a serem escolhidas por cada entidade segundo a sua abordagem e metodologias.** No entanto, não foi possível incluir recursos para **financiar processos de experimentação** pelos agricultores interessados. Estes pequenos montantes são essenciais, dependendo do tipo de experiência. A introdução de cultivos combinados de palma com gliricídia, para dar um exemplo, exige que se forneça umas quantas raquetes de palma e outras tantas mudas de gliricídia que têm um custo para o qual os projetos não têm recursos. Neste caso, ou a entidade tem outros recursos disponíveis como complemento ao projeto ou o custo cai sobre os próprios agricultores e nem todos podem fazer este gasto. Estes custos de experimentação sempre foram um limitante

para as entidades de ATER da sociedade civil mesmo com uma escala muito pequena de cada experimento. Salvo exceções, todas as experimentações têm custos maiores ou menores e a inexistência de recursos para cobri-los tende a concentrar a participação nas categorias mais bem aquinhoadas do público.

Por outro lado, as chamadas **atividades obrigatórias** foram objeto de debates sem fim e a solução não foi a mais adequada. Tomemos como exemplo a atividade chamada de definição do **“marco zero” dos projetos**, também chamada de **“caracterização”**. O choque entre a demanda de informações proposta pelo DATER e aquilo que achamos que seria pertinente mostrou que o governo não sabia exatamente o que queria, mas também que as entidades da sociedade civil não tinham acordo sobre o modelo a seguir.

A posição que eu defendi era que um projeto de ATER agroecológica deveria ter um marco zero que mostrasse o estado inicial dos sistemas produtivos apontando os avanços ou não da agroecologia nas propriedades dos agricultores participantes. Esta proposta tinha como pressuposto que os projetos iam ser dirigidos a públicos que, no fundamental, já vinham participando de processos de transição agroecológica e que, portanto, **já tinham incorporado alguma ou algumas alternativas técnicas nos seus sistemas**, seja por iniciativa própria seja pela ação das entidades de ATER. Este levantamento da base técnica de produção dos agricultores participantes permitiria que, ao final do projeto, fosse possível ver que incrementos foram obtidos com a ação dos projetos. **Não se tratava apenas de listar as práticas, mas mostrar se as**

mesmas eram aplicadas na escala de um experimento, de um subsistema ou, quando apropriado, na escala da propriedade.

Houve muita polemica, inclusive na AS-PTA, sobre este levantamento inicial dos sistemas produtivos, com muita **resistência à ideia de identificar as práticas agroecológicas existentes.** Foi feita a pergunta sobre o que caracteriza uma prática agroecológica e que ela pode ser confundida com uma prática tradicional. A objeção não me parece válida, pois na própria abordagem da AS-PTA as práticas tradicionais assim como inovações camponesas são consideradas fontes de conhecimento agroecológico e, portanto, elas podem perfeitamente ser identificadas. **Esta resistência tem a ver com o receio de uma avaliação de fim de projeto ficar refém de uma medida crua de “incorporação de tecnologia” tal como no modelo convencional.** Com efeito, um somatório de tecnologias não é um indicativo suficiente para definir o grau de avanço da transição agroecológica, pois as modificações nos sistemas produtivos podem ser mais qualitativas que quantitativas. No entanto, a descrição dos sistemas iniciais e do seu formato ao final do projeto permite qualificar esta incorporação de tecnologias agroecológicas. **Esta descrição dos sistemas produtivos iniciais ficou chamada de caracterização** e, ao invés de ser um suporte para a definição do marco zero tornou-se um confuso e pouco objetivo levantamento amplo de informações sobre as propriedades, muito além da identificação dos diferentes tipos de sistemas produtivos com maior ou menor aproximação com a transição agroecológica. Mais confusamente ainda, houve uma defesa de se fazer

desta caracterização inicial um verdadeiro diagnóstico dos agroecossistemas, o que não era necessário neste momento, já que havia uma atividade obrigatória de diagnóstico exigida pela chamada.

A ideia de um diagnóstico foi introduzida por nós nos debates do GTO e foi necessária uma ampla discussão para evitar que se montasse uma proposta unificada de diagnóstico. Defendi que o escopo de cada diagnóstico deveria ser definido pelos formuladores dos projetos nas entidades de ATER. Para muitas entidades o diagnóstico básico que identificava os agroecossistemas mais característicos do público alvo analisando os seus principais problemas e suas causas já tinha sido realizado há muito e vários outros diagnósticos temáticos também aplicados. Repetir estes diagnósticos não fazia qualquer sentido para nós e para muitas outras entidades que tinham adotado esta metodologia. No entanto, fazia sentido para a AS-PTA, por exemplo, **diagnosticar os problemas encontrados para promover as transições agroecológicas de modo a permitir correções na abordagem de desenvolvimento adotada.** Os diagnósticos têm o sentido de permitir um planejamento de atividades organizando os agricultores segundo os tipos encontrados e segundo os problemas que priorizam e as práticas que se dispõe a experimentar. A flexibilização dos diagnósticos ficou como uma vitória do nosso campo no GTO embora permanecesse a ambiguidade com etapa da caracterização.

A **etapa do planejamento** foi outro avanço conseguido na chamada de agroecologia pois ele permite uma sincronia muito maior com a realidade dos agricultores identificada nas

etapas anteriores assim como as formas de organização das atividades a serem desenvolvidas. No entanto, estes planos acabaram ficando bastante rígidos e, uma vez definidos, eram difíceis de modificar. Na prática os grupos de experimentadores não se mantêm uniformes ao longo de todo o processo pois podem ocorrer e ocorrem mudanças nas opções dos agricultores em função de muitos fatores, obrigando a reformar grupos e redefinir temáticas. Tudo isto ficou bastante tolhido pelo formato da chamada, mesmo com as flexibilizações conseguidas.

A questão do **desenho dos lotes** foi facilitada pela aceitação por parte do DATER do caráter da chamada ser dirigida às entidades de ATER agroecológica. Dada esta definição o desenho dos lotes passou a ser, com algumas aproximações, o dos territórios onde atuavam estas entidades. A ideia inicial era fortalecer processos em curso de promoção da transição agroecológica e o público alvo era, ou devia ser, aquele já envolvido em atividades anteriores destas entidades. No entanto, a **definição do tamanho do público** ficou atrelada, mais uma vez, à capacidade de gestão de projetos do DATER e isto levou a números muitas vezes bem superiores ao do público já atendido. **Estes números elevados colocaram a necessidade de se buscar incorporar novos agricultores às dinâmicas em curso e isto foi feito de maneira muitas vezes artificial e além do que razoavelmente se podia esperar em um processo de crescimento “natural” destes projetos.** Esta expansão forçada acabou criando uma segmentação do público entre os “novos” e os “antigos” participantes, com dinâmicas bem diferenciadas

Este aumento forçado da escala de intervenção das entidades de ATER colocou outro problema discutido no GTO: **o da formação das equipes técnicas**. Em muitos casos as entidades tiveram que constituir equipes às vezes maiores do que aquelas já atuando nos projetos anteriores. Como não é fácil encontrar técnicos com formação em agroecologia e nas abordagens participativas para o desenvolvimento o funcionamento dos novos projetos ficou dependendo da capacidade das entidades de dar uma formação aos novos contratados. No entanto, os contratos, por definição legal, exigem que os proponentes estejam capacitados para executar todas as atividades previstas e dispor de equipes para tanto. Deste modo, **não foi possível incluir nos custos dos projetos tanto os recursos como o tempo disponível para os técnicos serem preparados para assumir suas funções**. Conseguimos driblar estas limitações incluindo em cada atividade um tempo de preparação e um tempo de sistematização que poderiam ser utilizados com fins de formação. Esta solução ficou precária, pois não havia recursos para uma formação inicial que pudesse ser complementada a cada atividade e esta formação mostrou-se inevitável e implicou em custos não cobertos pelos projetos e em atrasos no cronograma de execução. Tudo isto fez cair a qualidade e a eficiência das entidades que **acabaram buscando simplificar seus métodos para adequá-los aos limites da formação dos novos técnicos**.

Há outro fator que tem levado a um abandono dos métodos mais complexos e exigentes dos processos participativos. É evidente que uma metodologia em que predomina a assistência técnica individual cobra a formação de equipes

mais numerosas. Embora o GTO tenha dado a cada entidade proponente a possibilidade de definir o número de técnicos a contratar em função da metodologia a ser empregada, com números mínimos (altos ao nosso ver) e máximos, quanto **maiores as equipes maiores as possibilidades de a entidade extrair uma espécie de “mais valia” no diferencial entre os salários definidos pelo DATER e os salários efetivamente pagos.** Grandes equipes com menor nível de formação levaram as entidades a adotar metodologias simplificadas de trabalho e a privilegiar as atividades de assistência individual menos exigentes em qualidade. **Várias entidades tenderam a definir algumas técnicas já consagradas e empregar os técnicos na sua difusão em massa.**

A questão das quotas para mulheres:

A proposta de se estabelecer uma quota para as mulheres na chamada de agroecologia, junto com uma quota para a participação de mulheres na equipe técnica foi muito polêmica e, a meu ver, representou uma vitória de Pirro para as feministas.

Fique claro, desde logo, que considero **fundamental o papel das mulheres em qualquer estratégia de promoção do desenvolvimento agroecológico.** Na agricultura tradicional, em qualquer cultura em toda a história, as mulheres tiveram e tem ainda um papel essencial e pouco reconhecido na produção. Entre muitas outras atribuições nestes sistemas produtivos as mulheres foram e ainda são os agentes da conservação dos recursos genéticos, guardiães das sementes e mudas que garantem a manutenção da agrobiodiversidade.

Apesar de serem reconhecidas apenas como as produtoras de alimentos para consumo próprio das famílias nos espaços aqui conhecidos como “ao redor da casa” as mulheres também são ativas trabalhadoras nos subsistemas ditos de mercado, complementando a mão de obra masculina em momentos de pico de trabalho. Em muitos casos, em particular no nordeste brasileiro este papel vai mais longe quando a mão de obra masculina migra para buscar renda em trabalho assalariado na agricultura, construção civil e outros setores da economia. No entanto, mesmo nestes últimos casos, é frequente uma situação de subordinação da mulher aos maridos na tomada de decisões sobre a produção e o modo de fazê-la. **A produção alimentar no espaço restrito dos quintais é claramente do domínio das decisões femininas e, não por acaso, é nestes espaços que muitas experiências agroecológicas têm início e ganham vigor.**

Com este reconhecimento do papel das mulheres na agricultura em geral e na agroecologia em particular parece lógico exigir que elas tenham uma participação igualitária nos esforços de ATER e as quotas seriam uma exigência dirigida à superação do viés masculino das entidades de extensão rural. Na realidade a situação é mais complexa e, sobretudo, mais diversificada segundo o tipo de produção adotado pelas famílias e segundo a região onde estas famílias estão localizadas.

Na região nordeste, onde a migração da mão de obra masculina tem peso significativo, estabelecer uma quota de 50% de mulheres no público atendido pela ATER não só é fácil de atender como chega a ser um limitante pois esta proporção

pode ser muito maior. Nos debates no GTO eu propus e foi aprovado que a quota fosse um mínimo e não um número fixo. Se tomarmos, na outra situação extrema, a região sul, a migração feminina é muito mais significativa, sobretudo das mulheres jovens. Por outro lado, o papel produtivo das mulheres é menos significativo nesta região onde predomina a agricultura do agronegócio e os quintais são menos importantes e frequentes. O papel diferenciado das mulheres nestas duas regiões se reflete também no nível de participação das mesmas nos espaços organizativos da agricultura familiar, nas associações e nos sindicatos. Como as estratégias de promoção do desenvolvimento agroecológico repousam fortemente no envolvimento das entidades organizativas da agricultura familiar este viés masculino na participação do público da ATER na região sul torna mais difícil a aplicação das quotas.

Para dar um exemplo caseiro da AS-PTA, nosso projeto no território da Borborema, no Nordeste, trabalha com talvez dois terços do público constituído de mulheres. Já na região do Contestado, centro sul do Paraná e Planalto Catarinense, o projeto da AS-PTA trabalha com um público talvez 80% masculino. Não se trata de uma esquizofrenia institucional ou uma resistência da equipe do Sul em trabalhar com as mulheres. Foram feitos vários esforços para mobilizar mais mulheres no projeto, inclusive procurando organizações eminentemente femininas como a Pastoral da Criança. Em uma enquete realizada na base da pastoral na região de trabalho da AS-PTA no Paraná as mulheres listaram suas preferências sobre o tipo de assessoria que queriam receber.

A demanda por assessoria na área produtiva foi mínima e predominaram temas voltados para culinária, produção de doces e conservas e técnicas de tricô e macramê. É claro que muitas destas mulheres estão envolvidas na produção, mas seu papel subordinado e secundário não as motivou para demandarem assessoria técnica na agricultura.

A combinação da quota de 50% com o número mínimo de público exigido pela chamada de agroecologia (400 famílias) nos colocou diante da impossibilidade de apresentar projetos para a região do Contestado. A avaliação da equipe foi de que **seria impossível conseguir 200 mulheres para participar do projeto e isto nos deixou de fora desta chamada.**

Esta situação está longe de ser única na região sul. Muitas entidades que apresentaram projetos aceitando a imposição da quota tiveram dificuldades em cumprir a exigência ou adotaram uma “solução” cínica de fazer as mulheres assinarem os atestes no lugar dos verdadeiros participantes, os homens.

Reconhecer a importância das mulheres não se traduz somente pela consigna das quotas igualitárias. Propus na ANA e no GTO que se criasse uma **discriminação positiva para as mulheres**. Projetos teriam mais pontos para aprovação segundo a participação das mulheres e as entidades receberiam um bônus financeiro para incentivar esta participação. Em contrapartida não se exigiria um número igual de mulheres e homens assistidos pela ATER, respeitando as especificidades socioeconômicas, culturais e demográficas de cada território. Esta proposta nem foi considerada pelas

feministas dentro e fora da ANA que preferiram seguir com a consigna internacional do movimento de defesa das quotas igualitárias. A vitória do politicamente correto neste caso foi, a meu ver, um tiro no pé a não ser pelo efeito ideológico da consagração das quotas.

Outra tática adotada pelas feministas agroecológicas foi propor **chamadas voltadas para as áreas de domínio das mulheres, os quintais**. Sem ter uma posição definitiva sobre esta proposta, que gostaria de discutir mais com as companheiras, acho que concentrar a ATER voltada para as mulheres nos quintais é **fortalecer seu papel subordinado no conjunto do sistema produtivo e fortalecer uma divisão do trabalho que as mantém fora das decisões sobre os espaços maiores da agricultura familiar**.

Para completar a dificuldade de se feminilizar a ATER temos o grave problema imposto pelo sistema das DAPs. A DAP foi concebida como um certificado dirigido aos tomadores de empréstimos do PRONAF e acabou tendo seu uso estendido para uma espécie de atestado de agricultor familiar para outros fins ligados ao acesso a outras políticas públicas como a assistência técnica.

A DAP identifica uma família agricultora e qualifica todos os seus membros como beneficiários potenciais das políticas públicas, mas ela está no nome do chefe de família. Por outro lado, as políticas, de modo geral, são dirigidas ao conjunto da família. Sendo assim, a ATER pode beneficiar um único dos membros da família e caso o chefe de família participe das atividades da assistência técnica, a mulher e os filhos não

podem fazê-lo. Ao contrário, se a mulher for participante de um projeto de ATER o marido não pode participar de outro, assim como os filhos. O resultado é uma enorme dificuldade de se garantir a participação das mulheres na ATER, salvo nas condições já descritas onde elas são o verdadeiro chefe de família com maridos ausentes por maior ou menor tempo. A superação deste limitante foi objeto de debate no GTO e proposta uma **cédula de identidade individual e o fim da participação de um só membro da família nas políticas, sejam elas de crédito, ATER, PAA, etc.** Apesar de haver um consenso entre a sociedade civil e os técnicos do governo neste ponto a decisão de mudar o sistema de identificação dos beneficiários nunca foi adotada e os problemas acima apontados persistem.

A operação da chamada:

Vamos resumir agora os pontos que já foram tratados antes apontando as dificuldades para se realizar de forma correta e eficiente uma operação de ATER agroecológica:

- **As dificuldades em incorporar grandes números de novos participantes em projetos já em curso.** Nesta chamada a maioria dos lotes foi definida em acordo com as entidades de ATER agroecológica e o público, em grande parte, foi constituído de agricultores que já vinham participando de outros projetos de ATER nestes territórios. O número de agricultores assistidos também foi definido pelos proponentes, mas com um mínimo de 400 famílias. O número de “novos” participantes em cada projeto dependeu do grau de flexibilidade dos projetos já em execução nestes territórios. Em

alguns casos em que projetos anteriores estavam terminando os da chamada de ATER agroecologia simplesmente transferiram os participantes de um projeto para outro, mas em outros foi **necessário incorporar números significativos de novos participantes**. Esta incorporação em massa produziu dificuldades para integrar os novos participantes com aqueles já envolvidos nos projetos das entidades e gerou, na prática, quase que o início de um novo processo de desenvolvimento no território. É claro que o fato de que já existia um processo em andamento com muitos exemplos de transição agroecológica com maior ou menor grau de avanço facilitou o trabalho com os novos participantes, mas foi necessário criar grupos de experimentadores. Em um processo menos acelerado de expansão do trabalho seria possível integrar os novos participantes nos grupos existentes, pelo menos em parte. **Esta não foi a única dificuldade produzida pelo aumento de escala em “marcha forçada”**.

Nos lotes em que não haviam organizações de ATER agroecológica com um histórico de promoção do desenvolvimento e acúmulos significativos sociais e econômicos que mostrassem aos novos participantes o potencial da proposta a questão do tamanho do público, mesmo na sua dimensão mínima de 400 famílias, foi dos mais problemáticos. Com efeito, o GTO previu esta dificuldade e definiu **uma atividade inicial da entidade de ATER de sensibilização do público**, começando pelas entidades organizativas dos agricultores familiares do território e depois com a própria base, em grupos e individualmente. **Como a chamada exige que se “recrute”, formalmente, todos os**

participantes dos projetos desde o começo do processo, é preciso convencer cada um dos agricultores a serem assistidos que a proposta agroecológica tem sentido para eles.

A experiência mostra que este exercício não é tão fácil quando não existem exemplos significativos e numerosos para servirem de referência. Sem esta referência o convencimento dos agricultores passa a ser feito de forma teórica, o que é sempre mais frágil. É provável que no nordeste ou no norte, e mesmo em certas regiões do sudeste os agricultores, ainda não integrados no sistema do agronegócio, se disponham a testar a proposta agroecológica sem maiores resistências, até porque não devem ter outro tipo de alternativa de ATER disponível **mas nas áreas onde já é forte o modelo convencional agroquímico o convencimento dos agricultores para tentarem a alternativa agroecológica não é nada fácil sem um processo paulatino de demonstração de resultados e isto o formato da chamada não permite.** O GTO propôs e foi aprovado pelo DATER que os projetos pudessem ser executados com números crescentes de participantes e não a totalidade deles desde o primeiro momento. Este incremento de até 25% do primeiro para o segundo ano é um refresco para alguns projetos, mas para outros ele é insuficiente.

- A dificuldade de compor a equipe técnica, como já foi dito, é maior quanto mais significativa a expansão dos projetos em curso. As entidades tiveram que levantar recursos de outros projetos para cobrir os custos da formação inicial dos novos contratados e mesmo esta formação teve que ser bastante

sumária para não pesar no orçamento. Lembremos que os projetos são pagos por atividade realizada e referida à presença dos técnicos e isto significa que cada hora em que os técnicos não estão envolvidos em atividades fim (ou seja, em contato individual ou grupal com os agricultores) eles não são remunerados pelo orçamento da chamada, mas seu salário será pago no fim do mês independentemente do uso do seu tempo.

- **A enorme carga de atividades obrigatórias**, em particular a “caracterização”, consumindo muito tempo dos técnicos e dos agricultores sem que se consiga, no mais das vezes, um resultado que sirva para as etapas seguintes e que interesse aos agricultores.

- **A falta de capital de giro das entidades de ATER da sociedade civil que têm de adiantar recursos para iniciar o ciclo de execução dos projetos.** Se estas entidades executam outros projetos com outros financiadores elas podem, eventualmente, “emprestar” recursos de um projeto para outro, mas isto exige uma regularidade e celeridade no recebimento dos pagamentos pelas atividades executadas pelas chamadas. Quando não existem estes recursos as entidades são obrigadas a pedir empréstimos bancários ou outros e ficam ainda mais vulneráveis a qualquer atraso nos pagamentos. **Na maior parte do tempo em que os projetos do DATER vêm sendo executados os atrasos nos pagamentos foram uma constante apesar dos esforços** dos poucos e dedicados técnicos do departamento. O resultado destes atrasos, que tiveram o seu ápice em 2015 com os fortes contingenciamentos do governo Dilma II, foi a precarização

das entidades de ATER, o vai e vem de técnicos contratados e demitidos quando secam os recursos, e a conseqüente queda da eficiência do trabalho. **Nestas condições de instabilidade fica impossível manter qualquer cronograma de execução e as entidades começam a simplificar as abordagens de promoção do desenvolvimento, já prejudicadas pela própria estrutura das chamadas.** A meu ver o conjunto dos problemas, estruturais e operacionais, das chamadas em geral e da chamada de agroecologia em particular estão levando as entidades a meramente se manter existindo e executando projetos sem maior impacto sobre os sistemas produtivos dos agricultores. **Estamos, literalmente, cumprindo tabelas de atividades.**

8- A ANATER e a reforma do PRONATER:

A necessidade de se reformar o programa de ATER de forma radical para permitir que as premissas da PNATER sejam efetivas é evidente depois de 5 anos de existência da lei de ATER e dos financiamentos via contratos dos projetos aprovados em chamadas públicas. Apesar da forte flexibilização dos procedimentos de execução do programa as chamadas ainda são uma camisa de força que impede o emprego dos métodos e abordagens necessários para uma ATER agroecológica. No entanto, todas as tentativas de se alterar de forma mais radical a forma de execução do PRONATER esbarraram na legislação de ATER ou na legislação de contratos entre estado e sociedade civil. Deste impasse surgiu a proposta de criação da ANATER, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que viria a substituir a antiga EMBRATER, extinta pelo governo Collor. Segundo os

técnicos e dirigentes do DATER todas as nossas reivindicações teriam guarida na nova agência, desde o tamanho do público e do território, o adiantamento de recursos, a forma de pagamentos e de avaliação de resultados, etc.

Infelizmente, em uma história política ainda não bem contada, as negociações em curso no Comitê de ATER do CONDRAF foram atropeladas pela decisão da presidente Dilma de criar a agência e entregá-la ao MAPA. A reação dos movimentos sociais do campo e do ministro Patrus Ananias obrigaram Dilma a um recuo e a agência ficou vinculada à Casa Civil. O desenho desta nova entidade ficou restrito aos responsáveis de todos os serviços de ATER existentes em vários ministérios, em um grupo de trabalho onde o MDA era minoria. A formulação da lei que criou a ANATER não teve sequer a mínima participação da sociedade civil conseguida na negociação da lei de ATER. A cada investida e protesto do CONDRAF a resposta era que se não fosse desta forma o MAPA tomaria conta da ATER. Chantagem? Realidade? Provavelmente algo entre os dois.

No desenho institucional da ANATER a sociedade civil passou a ter apenas quatro representantes, sendo que dois deles patronais (CNA e OCB) e dois da agricultura familiar (CONTAG e CONTRAF, ex-FETRAF). Nenhuma entidade de ATER ficou representada no conselho da ANATER enquanto, do lado governamental, o MAPA recebeu duas vagas e o MDA uma, ao lado de outros ministérios, inclusive o das Finanças e a Casa Civil, mais o antigo ministério da Pesca e o MDS.

O CONDRAF entrou no debate na fase da definição dos

instrumentos legais complementares como o **decreto de regulamentação, o contrato de gestão e o plano de trabalho**. Em acordo com o MDA o CONDRAF propôs que os recursos aportados por cada ministério para a agência seriam geridos por contratos de gestão definidos detalhadamente pelos mesmos ministérios. Todas as definições relativas à operacionalização da política de ATER dirigida para o público da agricultura familiar seriam feitas pelo MDA, com a participação do Comitê de ATER do CONDRAF, **cabendo à ANATER apenas o exercício da execução destas orientações**. Esta foi a forma que encontramos para trazer de volta ao âmbito da sociedade civil o poder de definir o PRONATER. Infelizmente, a regulamentação da lei ficou longe das propostas acertadas no CONDRAF e a definição do contrato de gestão e do plano de trabalho saiu inteiramente do horizonte de participação da sociedade civil, tanto mais que estas definições se fizeram já no governo Temer, com o MDA reduzido a uma secretaria da Casa Civil.

A ANATER não conseguiu se tornar operacional no governo de Dilma e só no governo Temer teve definido o seu quadro de funcionários, embora de forma ainda incompleta. Até agora a operação da política de ATER continua sob a responsabilidade do DATER, com todos os contratos vigentes sendo ainda geridos com os poucos recursos deste departamento.

9- Situação atual da operacionalização da política de ATER:

Os recursos para a ATER minguaram desde o início do

segundo governo de Dilma. O MDA colocou na sua proposta orçamentária quase um bilhão para o ano de 2015 e o mesmo para 2016, mas os valores aprovados caíram pela metade e ainda foram fortemente contingenciados. Com estas restrições e a precária condição do MDA em termos de quadro funcional os atrasos nos pagamentos foram enormes e geraram um acirramento da crise das instituições de ATER da sociedade civil já descrita anteriormente. Grande parte das notas fiscais emitidas pelas entidades foi paga no apagar das luzes do governo Dilma e, para surpresa de muitos de nós, o governo Temer reduziu bastante os atrasos e regularizou os pagamentos dos projetos das chamadas de ATER, pelo menos até meados de 2017. No entanto, o DATER vem encerrando os projetos concluídos em cada contrato sem abrir a perspectiva de uma renovação tal como negociado no regime anterior. No caso dos projetos de ATES a situação foi muito mais complicada pois a nova direção do INCRA suspendeu os pagamentos seguindo decisão do TCU e iniciou investigações sobre o uso dos recursos. Os projetos estão parados e muitas entidades foram obrigadas a reduzir seus quadros a um mínimo apenas para manter uma sobrevivência enquanto se espera uma solução. Parece evidente que a pressão política do agronegócio visando liquidar com a política de assentamentos está por trás destas medidas.

Já no governo Dilma abriu-se um debate sobre as necessidades de recursos e sua orientação para executar a PNATER. Os movimentos sociais pressionaram por um orçamento maior e por novas chamadas inclusive mantendo o discurso da necessidade da universalização da ATER. Acho

que fui uma voz isolada no CONDRAF ao afirmar que o **problema imediato não era abrir novas chamadas e multiplicar o número de assistidos, mas aprimorar o formato do financiamento para superar os problemas que elencamos acima e garantir a qualidade da assistência técnica com orientação agroecológica**, tal como contido na PNATER e na Lei de ATER. O fato é que já nas últimas duas chamadas já vinha se verificando o esgotamento da capacidade operacional das entidades de ATER da sociedade civil com um histórico de experiência em agroecologia. Surgiram entre os concorrentes nas chamadas novos atores constituídos recentemente (empresas e cooperativas de técnicos) sem tradição na agroecologia, mas que chegaram a ganhar alguns lotes por falta de concorrentes mais capacitados. Sabendo da complexidade de se construir um lastro sólido de experiência na promoção do desenvolvimento agroecológico e da crônica falta de quadros para este fim tenho muitas dúvidas sobre o efeito da ação destas novas entidades para uma efetiva melhoria da situação dos agricultores assistidos. Ao meu ver **seria necessário ampliar o público dos projetos já em curso no ritmo possível das entidades financiadas e montar um programa de formação em agroecologia e em metodologias e abordagens para o desenvolvimento agroecológico tanto para as entidades já financiadas como para permitir a criação de novas entidades com equipes adequadamente preparadas.**

Podia-se pensar que as EMATER poderiam ocupar este vazio operacional, mas as dificuldades de contratação de novos quadros por governos em falência quase total criaram

impasses ainda não superados. O governo Temer adotou uma forma de operar via repasses diretos de recursos para os governos estaduais em princípio com a condição de que cumprissem os ditames da PNATER, mas não vejo como as EMATER que não tinham vinculação com o projeto agroecológico seguirão esta diretiva. Algumas EMATER adotaram o projeto agroecológico sendo os exemplos mais significativos as dos Estados de Minas Gerais e Ceará, mas mesmo nestes Estados o problema da carência de quadros e as dificuldades de novas contratações paralisa a sua ação. Tem nos sido dito pelo DATER que no futuro próximo este mecanismo de repasses para os governos estaduais vai ser combinado com o financiamento das entidades de ATER da sociedade civil via chamadas para projetos. O que não está dito é como vai ser a distribuição dos poucos recursos disponíveis. O que se sabe é que os projetos em curso serão mantidos, mas não há segurança da sua renovação tal como tinha sido acordado nas negociações do GTO, com a condição óbvia de uma avaliação positiva da execução da primeira etapa de três anos.

De toda forma, como já demonstramos, a questão mais importante agora é uma renegociação dos termos do acordo entre a sociedade civil e o governo para superar a armadilha colocada pelo formato dos contratos. Sem isso, a mera manutenção do fluxo de recursos, mesmo com renovação dos projetos em curso não fará mais do que manter vivas as entidades em um formato que eu chamei de “cumprir tabela” que levará a sua descaracterização em pouco tempo.

Jean Marc von der Weid

Fundador e ex-técnico da AS-PTA

Outubro de 2017